



Rio 2016

PROFESSORES, EGRESSO E ESTUDANTE DA UNESP
REFLETEM SOBRE OS JOGOS OLÍMPICOS

LEI ROUANET E CIÊNCIA BRASILEIRA
ARTIGO DISCUTE POSSIBILIDADES DE
ADAPTAÇÃO

TRIBUTOS A *ULISSES*, DE JAMES JOYCE
TEXTO HOMENAGEIA UM DOS MAIORES
ESCRITORES DO SÉCULO XX



Governador
Geraldo Alckmin

Secretaria de Desenvolvimento
Econômico, Ciência, Tecnologia
e Inovação

Márcio França



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Reitor

Julio Cezar Durigan

Pró-reitor de Administração

Carlos Antonio Gamero

Pró-reitor de Pós-Graduação

Eduardo Kokubun

Pró-reitor de Graduação

Laurence Duarte Colvara

Pró-reitora de Extensão Universitária

Mariângela Spotti Lopes Fujita

Pró-reitora de Pesquisa

Maysa Furlan (interina)

Secretária-geral

Maria Dalva Silva Pagotto

Chefe de Gabinete

Lauro Henrique Mello Chueiri (interino)

Assessor-chefe da Assessoria de

Comunicação e Imprensa

Oscar D'Ambrosio



Presidente do Conselho Curador

Mário Sérgio Vasconcelos

Diretor-presidente

Jézio Hernani Bomfim Gutierrez

Editor-executivo

Túlio Kawata

Superintendente administrativo e financeiro

William de Souza Agostinho



Diretor de redação Oscar D'Ambrosio

Arte Hankó Design (Ricardo Miura)

Assistente de arte Andréa Cardoso

Colaboradores André Figueiredo Rodrigues, Alexandre Simões,

Camila Danielle Honório, César Filho, Eli Vagner F. Rodrigues,

Giovanna Ayres Arantes de Paiva, Jean Marcel Carvalho França,

João Eduardo Hidalgo, Leonardo Dallacqua de Carvalho,

Leticia Stamatopoulos, Susani Silveira Lemos de França, Oscar

D'Ambrosio, Paulo Henrique Aguiar Magnani, Rafael A. Orsi,

Ricardo da Fonseca, Maria Victória Bernardo Pereira, Taisa

Cecília de Lima Caires (texto); Chello Fotógrafo (foto)

Revisão Maria Luiza Simões

Projeto gráfico Hankó Design (Ricardo Miura)

Produção Mara Regina Marcato

Apoio de internet Marcelo Carneiro da Silva

Apoio administrativo Thiago Henrique Lúcio

Endereço Rua Quirino de Andrade, 215, 4º andar,

CEP 01049-010, São Paulo, SP. Tel. (11) 5627-0327.

www.unesp-ciencia.com.br

revistaunesp-ciencia@reitoria.unesp.br

Impressão Coan Gráfica

Tiragem 6 mil exemplares

É autorizada a reprodução total ou parcial de textos e
imagens desde que citada a fonte. Os artigos assinados não
refletem necessariamente a opinião da Universidade.

O espírito olímpico

O nadador russo Alexander Popov, vencedor de quatro medalhas de ouro e cinco de prata entre as Olimpíadas de Barcelona (1992) e Sydney (2000), disse: “Quem quer que esteja fisicamente bem preparado pode fazer coisas incríveis com seu corpo. Mas quem junta a um corpo em forma uma cabeça bem cuidada é capaz de feitos excepcionais”. Esse foi nosso lema desta edição para reunir artigos de docentes da Unesp e também de egresso e de estudante que participaram da Rio-2016 como voluntários, além de um texto que reflete sobre a Olimpíada de Berlim de 1936, realizada há 80 anos.

Em seguida, temos reflexões sobre a definição do que é ser terrorista hoje, texto sobre livro do filósofo alemão Habermas sobre o potencial do materialismo histórico e discussões sobre os caminhos do câncer, o ensino pago na universidade pública, a Escola Sem Partido, os elos possíveis entre a Lei Rouanet e a Ciência Brasileira e o papel do ensino de terceiro grau na formação de futuros profissionais.

Há ainda um tributo a James Joyce e sua obra *Ulysses*, um artigo sobre a novela *Liberdade, Liberdade*, texto sobre a exposição *M á Gua*, de Priscila Leonel, uma foto sobre a visita da vice-primeira-ministra da República Popular da China, Liu Yandong, ao Instituto Confúcio na Unesp, em São Paulo, SP, e um artigo sobre os 20 anos do PET Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, em Araraquara.

E para quem duvida de que é possível enfrentar dificuldades, ficamos com a frase de um outro nadador excepcional, o norte-americano Michael Phelps, que, entre Atenas (2004) e Rio (2016), obteve 23 medalhas de ouro, três de prata e duas de bronze: “Com tantas pessoas dizendo que não poderia ser feito, tudo o que se precisa é imaginação”. Que o espírito olímpico desta edição nos acompanhe sempre!



6

DOSSIÊ ESPORTE
VISÕES DOS JOGOS RIO 2016
 Os Jogos Olímpicos e suas lições
 SUSANI SILVEIRA LEMOS FRANÇA
 Das antas e cangurus
 JEAN MARCEL CARVALHO FRANÇA
 As quatro raízes do espírito olímpico
 PAULO HENRIQUE AGUIAR MAGNANI
 Relato de uma voluntária nos Jogos Olímpicos
 MARIA VICTÓRIA BERNARDO PEREIRA



14

JOGOS OLÍMPICOS
 Berlim 1936
 JOÃO EDUARDO HIDALGO

RELAÇÕES INTERNACIONAIS
 Quem é o terrorista?
 GIOVANNA AYRES
 ARANTES DE PAIVA



24

LEITURA
 Habermas resgata o potencial do materialismo histórico



20



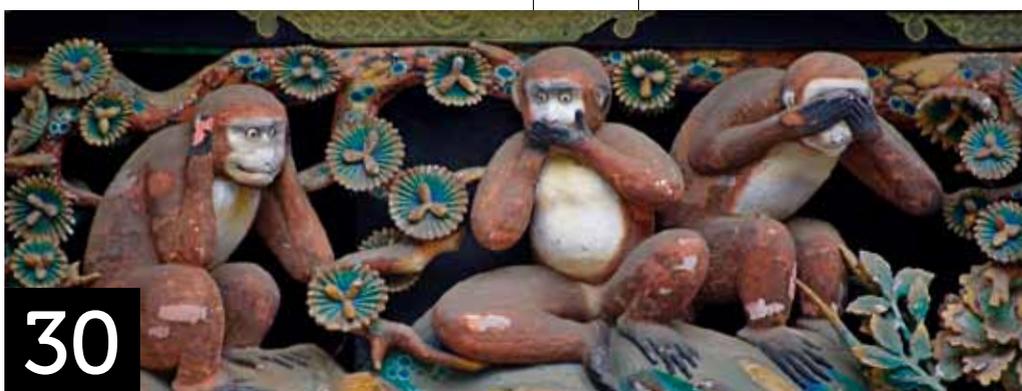
26

SAÚDE
 O caminho do câncer (ou como evitá-lo)
 CÊSAR FILHO



28

ENSINO SUPERIOR
 O falso Robin Hood
 LEONARDO DALLACQUA
 DE CARVALHO



30

EDUCAÇÃO
 Escola sem escola
 ALEXANDRE SIMÕES

OPINIÃO
 20 anos do PET Ciências Sociais
 RAFAEL A. ORSI E
 LETÍCIA STAMATOPOULOS



50



32

CIÊNCIA
 Operação Boca Livre, Lei Rouanet e Ciência Brasileira
 RICARDO DA FONSECA



36

SUSTENTABILIDADE
 O ciclo de vida na formação de futuros profissionais
 TAÍSA CECÍLIA DE LIMA CAIRES E CAMILA DANIELE HONÓRIO



46

ARTE E CULTURA
 Poética das sensibilidades
 OSCAR D'AMBROSIO

FOTO DO MÊS
 Unesp recebe vice-primeira-ministra da China
 CHELLO FOTÓGRAFO

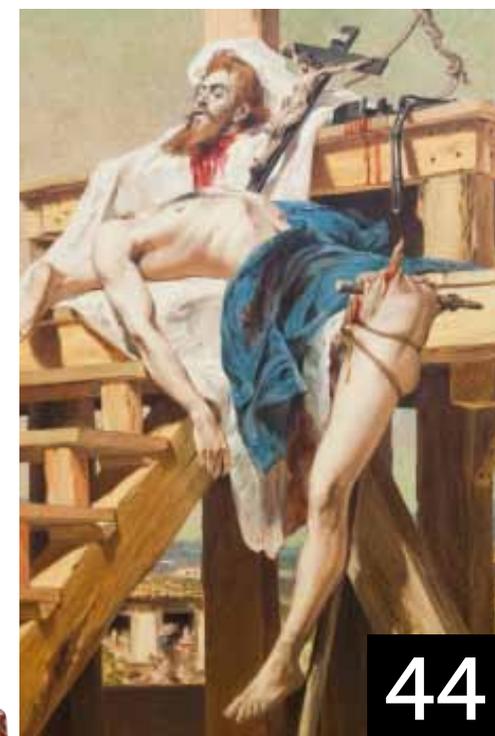


48



38

HOMENAGEM
 Bloomsday é tributo a James Joyce e sua obra *Ulysses*
 ELI VAGNER F. RODRIGUES



44

TELEVISÃO
 Liberdade, Liberdade
 ANDRÉ FIGUEIREDO RODRIGUES



Cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos Rio 2016 no Estádio do Maracanã.

Visões dos Jogos Rio 2016

LEIA TEXTOS DE DOCENTES DA UNESP E DE EGRESSO E ESTUDANTE QUE PARTICIPARAM DO EVENTO COMO VOLUNTÁRIOS

OS JOGOS OLÍMPICOS E SUAS LIÇÕES
SUSANI SILVEIRA LEMOS FRANÇA

Talvez pela primeira vez na história, o Brasil se despiu inteiramente para o mundo e este pôde observar de perto as cores de um exotismo que, de longe, parecia menos imperfeito. O glamour do outro absoluto deixou, então, de ser tão glamoroso, pois os riscos, as imperfeições, os desleixos, as escassezes, as insuficiências, os desconfortos a que a população brasileira está acostumada saíram do armário e estão sendo vistos e experimentados em escala planetária.

Não bastassem os constrangimentos, a divisão político-partidária do momento não nos permite refletir de forma madura sobre o estágio da nossa civilização – ou da “civilização carioca” recentemente inventada. Por trás de cada crítica ou elogio, as disputas hodiernas

vêm frequentemente à tona, mas agora ornadas de uma e outra parte por um tal ufanismo, que, no quadro atual, é o único que não desune. O transe pós-festa de abertura levou a uma espécie de uníssono sobre nossa capacidade de fazer, como se o sucesso dos Jogos Olímpicos se reduzisse a uma festa de abertura. Mas a cada golpe, a cada mergulho, a cada jogada, salto, movimento ou tiro, um pouquinho de Brasil vem denunciando que nem só de discursos demagógicos, músicas e luzes se faz a imagem de um país.

Nem só de discursos emotivos, voluntaristas e de sinceridade pueril, isto é, sem nenhuma sustentação na prática – ao contrário do que recomendava Sêneca –, se afirma um país, como temos visto. As palavras em defesa da preservação do planeta na boca de povos que conseguiram despoluir suas capitais, preservar seus rios límpidos ou desenvolver energia limpa podem soar belas e pedagógicas. Mas

as mesmas palavras, pronunciadas em um país cuja baía mais célebre se confunde com um esgoto a céu aberto ou cujo sonho de prosperidade – agora meio frustrado – até há pouco se confundia com a extração de combustível fóssil do subsolo marinho, podem parecer ilusionismo ou escamoteação.

Entre persistências e avanços, negativos e positivos, trazidos nos últimos tempos, as lições pululam. A vaia, que funcionara como grito de desabafo diante dos descabros da política recente, foi institucionalizada como uma espécie de hino brasileiro. Se o hino e a bandeira nacionais pouquíssimas vezes subiram ou subirão ao pódio, pelo que já se pode deduzir, o hino do Brasil que ruidosamente se ouve é o da vaia desonrosa aos adversários, não apenas aos adversários dos times ou atletas nacionais, mas a todos aqueles que, por razões diversas, não têm chance de ganhar. Os vencedores, os atletas de mérito irrefutável, especialmente

quando provenientes de países ricos, passaram a merecer desaprovação prévia. E os comentaristas constrangidos, eles próprios por vezes ruidosos e estimuladores de um ufanismo vão, precisam justificar que se trata da forma peculiar de manifestação do brasileiro.

Imaturidades de uma nação ainda jovem? Modos dos trópicos? Níveis civilizacionais diferentes? Se o contorcionismo fosse esporte em competição, teríamos medalha, sem dúvida. Mas o que esperar de um país em que a pauta das discussões é dada por políticos extremistas e caricatos? Políticos, da direita ou da esquerda – rótulos imprecisos hoje, mas ainda muito em moda –, que se digladiam na mídia em torno de questões circunscritas ou passadistas, mas que rapidamente tomam o lugar dos problemas que nos assolam há anos, como a educação, a saúde, a falta de capacidade de competir sem a criação de subterfúgios (conchavos, sectarismos, nichos ou guetos) e



Susani Silveira Lemos França é professora livre-docente em História Medieval da Unesp de Franca.

de pequenas farsas estatísticas, que ajudam a nos iludirmos sobre nós mesmos.

Mas num país que tem se mostrado bipolar, oscilando da euforia a um pessimismo às vezes irônico, às vezes lamurioso, outras vezes resignado, de que serve repisar nossas mazelas? Angústias de uns, negação de outros, desilusão de muitos, prazer dos que se arvoram terem sido premonitórios, mas desconforto de todos. Tudo isto, neste momento em que de alguma forma o mundo tomou conhecimento de que a poeira foi jogada debaixo do tapete, pode simplesmente passar, deixando-nos continuar na nossa toada. Mas talvez, tal como estamos assistindo na cena política, seja a hora de uma operação de autocrítica e enfrentamento, ou melhor, de tentar avançar um passo. Hora de abandonarmos nosso apego à identidade fundada na felicidade ou criatividade, ambas dependentes do improvisado, para tentarmos sair do atoleiro. Diante do quadro, muito treinamento e dedicação serão necessários. Do erro é possível tirar um acerto, mas a disciplina vai ter de vencer a sorte.

DAS ANTAS E CANGURUS

JEAN MARCEL CARVALHO FRANÇA

Em tempos de Olimpíada, parece que estamos descobrindo rapidamente que o famigerado “jeitinho brasileiro” não vale grande coisa, pior, que tão cantada virtude nacional talvez não passe de mais um dos autoenganos que, malgrado as evidências, teimosamente insistimos em cultivar. O “jeitinho” é uma espécie de primo laico, e um pouco desencantado, do milagre cotidiano, que tanto seduzia os homens e mulheres – brancos, negros, índios e mestiços – do Brasil colonial. Lá, naquele mundo inóspito e carola, acreditava-se piamente que Deus, os santos e um punhado de outros representantes do criador estavam sempre prontos, cotidianamente prontos, a intervir por tudo e por nada a nosso favor: da cura de uma doença de pele à recuperação de um escravo fugido, da prosperidade de uma colheita ao parente que atraca no porto em



© Tomasz Sliwa/Agência Brasil

segurança, da construção de uma igreja ao encaminhamento de um filho para o convento. Tudo o que caminhava a contento nesse mundo de desordem e agruras era graça de Deus e de seus emissários, que não descuidavam dos colonos, não os deixavam entregues à própria sorte, à própria competência.

O “jeitinho” é um aparentado desse milagre banalizado, corriqueiro, tão caro e útil aos brasileiros de outrora. É um milagre sem Deus: continua-se a esperar pouco da competência e autonomia daquele que age, no entanto, não são os anjos ou Santa Úrsula Onze Mil Virgens que vêm em socorro do desamparado e imprevidente, é a organização espontânea das coisas que agora conspira a seu favor. Por mais lambanças que se faça, na hora H, intervenções mínimas e inspiradas, auxiliadas por um acaso sempre favorável, farão com que tudo, ao fim e ao cabo, dê certo.

Do mesmo modo que o milagre colonial –

que parece não ter aliviado muito o cotidiano miserável da maioria dos colonos e dos seus escravos –, a eficácia do “jeitinho” é duvidosa mas nunca contestável. É verdade que temos sempre a sensação de que determinado produto final poderia ter saído melhor ou de que tal problema merecia uma solução mais racional e duradoura. Isso, contudo, importa pouco, pois, como gostamos de repetir aos incrédulos e precavidos: “no final, tudo acaba bem”, damos solução para tudo. Tal crença tem seu preço: engolir porcarias e fazer vista grossa para a incompetência. Aturamos calados e contentes o conjunto habitacional sem esgoto e sem água encanada que o usuário tem de consertar por sua conta quando se muda; o terminal do aeroporto que se parece com um galpão e alaga logo após ser inaugurado; o prédio público que precisa ser reformado seis meses depois de construído; os asfaltos vagabundos das estradas que “derretem” com pouco uso;

a saúde com tapa buracos, sujeita ao “mais isto”, “mais aquilo”; enfim, engolimos sapos e sapos, toleramos mil desaforos, para poder orgulhosamente dizer no final: não falei? O brasileiro acaba dando um jeitinho em tudo!

O problema aparece quando sujeitamos os resultados do “jeitinho” à visada do estrangeiro, que não tem qualquer compromisso com a manutenção do mito de que “tudo, graças ao jogo de cintura do brasileiro, vai dar certo no final”. Quando antas e cangurus se encontram, as pias entopem, o alarme de incêndio não funciona, o trânsito não flui, a violência não diminui, o esgoto continua a correr a céu aberto, as obras recém-inauguradas desabam, os cuidados ambientais são pífios e as cidades maravilhosas que tanto orgulham os brasileiros deixam de ser tão magníficas.

Há quem, lançando mão do que o gran-

EM TEMPOS DE OLIMPÍADA, PARECE QUE ESTAMOS DESCOBRINDO RAPIDAMENTE QUE O FAMIGERADO “JEITINHO BRASILEIRO” NÃO VALE GRANDE COISA

de Machado de Assis denominava “janela da consciência”, apele nessas horas para a crítica ao tal “complexo de vira-lata”: não devemos negar o que somos, não podemos deixar os gringos fazerem com que nos sintamos inferiores, apartemos de nós o sentimento de pequenez e afirmemos orgulhosamente a singularidade do brasileiro, e por aí vai... O momento, contudo, depois de mais de uma década de patriotada histórica e parvoíce nativista, anda menos propenso a janelas da consciência e mais afeito à autocrítica, afinal, como disse o simpático presidente do COI, o Brasil vive uma crise sem precedentes. Mergulhados em tamanho mal-estar, talvez, somente talvez – os povos não gostam de sacrificar as suas crenças, por mais burras e ineficientes que sejam –, enxerguemos o verdadeiro legado dos Jogos Olímpicos, um legado pedagógico, quase uma lição: o país não precisa de “jeitinho”, mas de racionalidade e competência.

AS QUATRO RAÍZES DO ESPÍRITO OLÍMPICO

PAULO HENRIQUE AGUIAR MAGNANI

Sou formado em Administração Pública pela Unesp de Araraquara e sou um voluntário nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro 2016. Após me inscrever três anos atrás no programa para voluntários e fazer diversos testes de idiomas, dinâmicas e treinamentos, fui chamado para atuar como Assistente de CON (Comitê Olímpico Nacional), e fui designado para trabalhar por 30 dias com outros 6 assistentes voluntários (de quatro países diferentes) dando apoio à delegação do Egito. Trabalhamos dentro da Vila Olímpica direto com o chefe da delegação e todo seu grupo de líderes e administradores que fazem parte da delegação junto aos atletas. Nossos serviços incluíam fazer vistoria em todos os apartamentos deles para garantir que toda parte estrutural e também os móveis estivessem adequados para recebê-los, e posteriormente ter contato com o pessoal da limpeza e manutenção diariamente para nos certificar que seus quartos estivessem limpos e sem problemas. Nosso serviço também envolve cuidar de toda a logística relacionada aos 6 carros com motoristas destinados ao Egito que são usados diariamente para buscar e levar pessoas ao aeroporto, aos hotéis e à Vila, para levá-las aos diversos locais de competição e também para fazer compras ou conhecer lugares turísticos. Com isso, organizamos viagens, contratamos serviços e guiamos os membros da delegação na cidade do Rio de Janeiro, realizando constantemente um serviço de tradução inglês/português e orientando-os quanto a quaisquer dúvidas relacionadas à cidade ou aos jogos.

São muitos os privilégios e os desafios que passamos aqui como voluntários. É uma grande oportunidade poder contribuir com meu trabalho para a realização do maior evento esportivo do planeta, ver como tudo funciona por trás das câmeras, conviver diretamente com as delegações dentro da Vila Olímpica, ver diariamente atletas famosos passeando



e se exercitando na Vila e às vezes bater um papo com eles, poder acompanhar minha delegação em vários jogos e assistir a diversas modalidades de lugares privilegiados, me comunicar em inglês todos os dias, todo o tempo com pessoas de diversas partes do mundo, poder conhecer e fazer amizades com pessoas de diversos países, ouvir um jovem voluntário russo me contar sua versão da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria, e outro jovem árabe me dar sua visão sobre o Estado Islâmico e o 11 de Setembro não tem preço, é muito bom. O desafio está em, apesar de ser voluntário, ter comprometimento para trabalhar às vezes 13, 15 horas em um dia e levantar na manhã seguinte para voltar ao trabalho, deixar às vezes de almoçar ou jantar para dar conta do serviço e ainda ter humildade para ouvir pessoas nervosas gritando com você, te dando ordens ou te minimizando, e ainda assim conseguir pedir desculpas pelos erros dos outros, respirar fundo, pensar em desistir, esperar, sorrir e pensar que o Espírito Olímpico é muito maior do que isso tudo. Não existe Olimpíada sem voluntários. Quanto mais eu trabalho e vejo meus amigos trabalharem, mais claro fica para mim que nenhuma Olimpíada seria possível sem nosso serviço dedicado. São 50 mil voluntários de mais de 100 países que mostram

ao mundo todo que nosso tempo, nossas decisões e esforços não precisam ser regidos pelo dinheiro. Esta, em minha opinião, é uma das raízes do Espírito Olímpico.

O planeta está dentro da Vila Olímpica. É maravilhoso estar em um lugar onde apesar das diferenças de cultura, língua, cor, gênero, religião, política e outras mais, todos convivem em harmonia e em paz, é como o planeta deveria ser. A princípio, para mim, veio um deslumbre de encontrar jogadores da NBA, de ver atletas como Novak Djokovic, Usain Bolt e Paul Gasol. Com o tempo, tudo começou a ficar normal, parte do meu trabalho e da rotina, como um dia que passei pelos jogadores de vôlei do Brasil, desejei um bom jogo e segui em frente. Então, certo dia, observando todos aqueles prédios das diversas delegações com suas cores e bandeiras, lembrei-me dos tempos de escola, onde competíamos com outras salas e séries, lembrei-me da rixa entre os alunos da 5.ª A contra a 5.ª B, das músicas que cantávamos para provocar uns aos outros, do hino que criamos para nossa turma, como achávamos que o pessoal da outra turma era diferente de nós, e como queríamos vencê-los nos jogos escolares.

É UMA GRANDE OPORTUNIDADE PODER CONTRIBUIR PARA A REALIZAÇÃO DOS JOGOS OLÍMPICOS

Nesse momento, observando a Vila Olímpica, tudo ficou tão mais simples para mim, o que eu estava vivendo não era muito diferente do que quando eu estava na 5.ª série. Vendo tantos homens e mulheres competindo com suas cores e hinos criados por eles mesmos, tive este forte sentimento de que no final das contas, ainda somos todos da mesma escola. Meu deslumbre se foi, o Paul Gasol passou a ser somente o Paul Gasol, e o Djokovic era somente o Djokovic, atletas muito bons em alguns aspectos, mas pessoas comuns como todos nós. O russo, o americano, o tunisiano, o senegalês e o argentino, eu passei a ver como meus irmãos, e de repente eu vi que o mundo é um só, que somos nós quem criamos as barreiras. Concluí que quando achamos que uma pessoa de certa nacionalidade é superior ou inferior a nós, estamos apenas refletindo aquela visão infantil de quando estávamos na quinta série. Somos todos iguais, acho que esta é outra raiz do Espírito Olímpico.

Ao observar as competições, percebi como a mídia tem seu foco naqueles que são medalhistas, busca-se criar ídolos, parece que o ser humano está sempre querendo criar novos deuses para adorar,

Cerca de 50 mil voluntários foram selecionados, sendo 82% brasileiros: 46% do Rio de Janeiro, 21% de São Paulo, 6% de Minas Gerais, 4% do Distrito Federal, 3% do Rio Grande do Sul e o restante de outros Estados. Tendo 18% de estrangeiros – a maior parte deles é de voluntários dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, Rússia e China.



Paulo Henrique Aguiar Magnani é administrador público pela Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Araraquara e voluntário nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro 2016. Atua como tradutor, intérprete e professor de inglês e espanhol. Contato: <paulohmagnani@gmail.com>.

pois crê-se que são eles que trazem as pessoas aos estádios ou à TV. Percebi, entretanto, que todos os atletas que vêm para cá são vencedores, que a verdadeira competição é com eles mesmos, em superar seus próprios recordes e limites, muitos saem do Rio com uma história incrível de superação e sacrifício pessoal, mas por não terem uma medalha no peito acabam anônimos. Esta superação de cada indivíduo é mais uma raiz do Espírito Olímpico.

Ler críticas ao Brasil nos jornais era normal para mim, mas geralmente eu estava do lado daqueles que jogavam a pedra. Nestas Olimpíadas, enquanto muitos falavam mal do evento, eu tive a oportunidade de realmente fazer algo de bom para nosso país. Enquanto

QUE A LUZ DE CADA VOLUNTÁRIO MOSTRE AO MUNDO QUE O SERVIÇO ESTÁ MUITO ALÉM DO GANHO FINANCEIRO

eu via nos jornais as críticas em relação à má organização dos jogos incluindo a Vila Olímpica dos Atletas, com problemas nas estruturas dos apartamentos, eu e meus amigos trabalhávamos duro para arrumar tais problemas e receber da melhor maneira possível cada egípcio que chegava ao Brasil. Quando eu assisti à abertura dos jogos no Maracanã, onde mostramos ao mundo tantas coisas boas que temos em nossa cultura, música, ciências, artes, esportes, com todo nosso calor humano, eu me emocionei muito, pois mostrar a todos os nossos irmãos de outras nações o que nós temos de bom na nossa nação, e dizer ao mundo “vocês todos são bem-vindos!” é mais uma raiz do grande Espírito Olímpico.

Muitos já me questionaram o porquê de eu ter decidido trabalhar “de graça”, achando que eu era tolo por trabalhar sem ganhar dinheiro. É realmente triste ver pessoas que não conseguem achar outros propósitos no trabalho que não o financeiro. A experiência de vida que tenho tido, os amigos que tenho feito, a contribuição que pude dar ao meu país, ao

Egito e a diversos indivíduos diariamente, a alegria de servir sem esperar algo em troca, de me sentir realmente útil em algo significativo, de superar o orgulho e o cansaço, de ouvir e aprender com a experiência dos outros, de viver uma Olimpíada de dentro e sentir o Espírito Olímpico em sua essência, tem mais valor do que qualquer moeda deste mundo. Apesar de ser formado em ADM Pública, trabalho hoje como professor e tradutor de inglês. Alguns acham que fiz minha faculdade à toa, pois não trabalho na área. Minha conclusão disso tudo é que não deveríamos fazer faculdade apenas para conseguir emprego, e nem deveríamos buscar emprego somente para conseguir dinheiro. É muito melhor estudar com o foco em desenvolver nossos talentos e conhecimentos e, por fim, trabalhar para conseguir contribuir com a sociedade e com o mundo em que vivemos através do nosso serviço dedicado e honesto. Que a luz de cada voluntário mostre ao mundo que o serviço está muito além do ganho financeiro, que os atletas mostrem ao mundo que a verdadeira superação está em vencer a si mesmo e não aos demais, que a Vila Olímpica mostre que no fundo somos todos iguais e irmãos de uma única família humana, e que o Rio mostre ao mundo que temos muito de bom aqui e que estaremos sempre abertos para receber nossos irmãos que vêm de fora.

RELATO DE UMA VOLUNTÁRIA NOS JOGOS OLÍMPICOS

MARIA VICTÓRIA BERNARDO PEREIRA

Na infância, minha mãe já incentivava a prática de esportes. Aos 4 anos, na academia mais próxima de casa, fazia natação e balé; mais tarde, com 7 anos, praticava tênis na escolinha do Guga Kuerten que tinha parceria com a escola pública em que estudei da 1.ª até a 4.ª série, e como a escolinha ficava no Ginásio do Ibirapuera, lá eu acabei conhecendo o atletismo e a ginástica olímpica, e aos 10 anos essas modalidades faziam parte das minhas tardes, que eram preenchidas pela



© Gabriel Nascimento/Ovulgação/Rio 2016

prática de esportes, brincadeiras, amizades e aprendizados. Aos 12, minha mãe ficou sabendo de uma peneira de basquete feminino que iria acontecer no Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa – COTP, e lá fomos nós, eu e minha irmã passamos na peneira e começamos na escolinha, lá fui federada e permaneci por cinco anos.

Sem dúvida, o esporte marcou minha vida de várias maneiras e me trouxe valores importantes que carrego até hoje. Quando soube que as Olimpíadas seriam no Brasil a expectativa de querer prestigiar e assistir as competições era grande. Há um ano, quando saiu o formulário para se candidatar a voluntário nos Jogos Olímpicos, não pensei duas vezes.

Acabo de voltar dessa experiência de 10 dias trabalhando como Event Services – EVS na Arena Olímpica do Rio onde ocorreram as competições de ginástica olímpica. Minha função foi explicar, orientar e ajudar os visitantes da Arena durante as competições, o que me permitiu conversar com pessoas de várias partes do mundo. A organização de um evento grande como esse é trabalhosa e pude sentir a responsabilidade de ser um voluntário.

Presenciei as dificuldades enfrentadas pela falta de planejamento, pois tudo correu bem nos eventos-testes mas o despreparo diante do evento oficial com o triplo de visitantes no

Parque Olímpico foi claro. Principalmente os voluntários que vieram do exterior ou de outras cidades, que não a do Rio de Janeiro, não tiveram treinamentos presenciais e eu fui uma dessas voluntárias. Aprendemos tudo na hora e conforme as situações iam acontecendo, o que também foi um aprendizado muito grande.

O que me surpreendeu foi o respeito, a alegria e o entusiasmo diário entre os voluntários EVS e de nós para com o público, todos ou pelo menos a maioria fazendo o seu melhor pelos jogos e pelo Brasil, e foi o que possibilitou que tudo melhorasse com o passar dos dias.

Nas reuniões que aconteceram, os coordenadores sempre atenciosos nos passavam tudo o que estava acontecendo de ruim, de bom, nos incentivavam e agradeciam pela disponibilidade de estar ali. Nos dois primeiros dias de evento trabalhamos com aproximadamente 40% dos voluntários inscritos, brincamos que aconteceu um milagre.

Hoje minha vontade é poder ter a experiência de ser voluntária das Olimpíadas em outro país, pois quero poder comparar experiências e viver muitas novas.

Ser voluntário é muito mais que trabalhar de graça como muita gente pensa, é ajudar, é mudar realidades, é fazer a diferença, é fazer acontecer e é a transformação por dentro do ser humano e em toda a sua volta. [UC](#)

Cerca de 750 voluntários ficaram encarregados de conduzir alguns desses veículos durante os Jogos.



Maria Victória Bernardo Pereira, paulistana, há três anos mora em Araraquara, onde cursa Administração Pública na Faculdade de Ciências e Letras da Unesp e atua no Projeto Centro de Línguas.

Berlim 1936

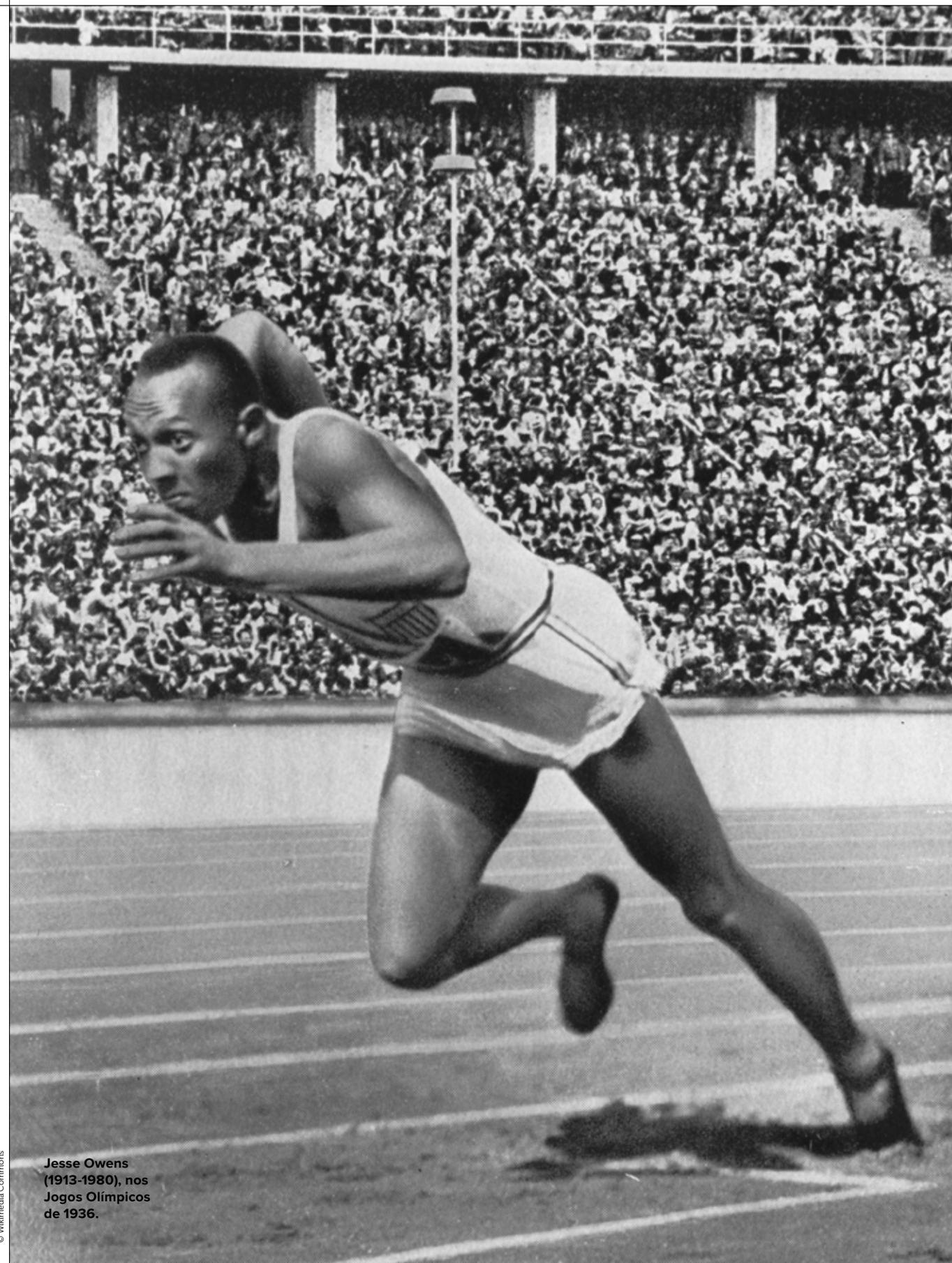
ARTIGO
REFLETE SOBRE
COMPETIÇÃO NA
ALEMANHA HÁ
80 ANOS

A Olimpíada do Rio de Janeiro foi um grande evento não tenho dúvida, nela recordes foram batidos, antigos e novos atletas se destacaram e a cidade se apresentou para o mundo, através da plataforma olímpica. Datas redondas sempre dão motivo para comemorações, lembranças e comentários. A declaração mais polêmica foi a comparação feita pelo racista francês (quase um pleonasmo) Renaud Lavillenie com a Olimpíada de Berlim 1936, identificando-se ele, inosso e mediterrâneo, com a força da natureza que era o negro Jesse Owens (1913-1980). O saltador, certamente eleitor de Marine Le Pen, fingiu desculpar-se dias depois e disse que tinha visto um filme com a história de Owens recentemente e por isso fez a referência. O excelente filme nomeado é *Raça* (*Race*, 2016), filme canadense dirigido por Stephen Hopkins, que passou despercebido no circuito brasileiro, tendo ficado somente uma semana em cartaz em uma sala em São Paulo.

Aproveito para fazer uma homenagem ao

cinema e a uma figura importante dentro dele, apesar de sua escolha pessoal, que possibilitou a existência de uma memória olímpica, que marcou todas as edições posteriores e a existência do filme *Raça*, que foi a diretora alemã Leni Riefenstahl (1902-2003). Se a imagem de Jesse Owens, e dos outros atletas que competiram em Berlim, está viva até hoje é graças a seu documentário, em duas partes, *Olympia* (1938). A atriz e diretora Leni Riefenstahl foi a maior figura dentro do cinema alemão durante o período nazista, que durou de 1933 a 1945. Inicialmente Leni era uma dançarina que acabou seguindo a profissão de atriz e participou de muitas produções entre 1925 e 1933, e a partir desse ano tornou-se diretora dentro do Ministério da Propaganda, chefiado por Joseph Goebbels (1897-1945) e logo foi promovida a protegida, e segundo alguns amante de Adolf Hitler (1889-1945).

Em 1932 Leni estrelou e dirigiu o filme *Das Blaue Licht* (*A luz azul*), um filme que conta a história de uma figura mágica, Junta (Leni),



Jesse Owens
(1913-1980), nos
Jogos Olímpicos
de 1936.

© Wikimedia Commons

JOÃO EDUARDO HIDALGO



1



2



3

1 Leni Riefenstahl, atriz e diretora, ao centro, em filmagem e direção.

2 As “Olimpíadas Nazistas” em Berlim, 1936: Inauguração do Ritual de Revezamento da Tocha Olímpica.

3 Pôster do filme *Olimpíadas e Mocidade Olímpica – Parte 1, Festa das Nações*, dirigido por Leni Riefenstahl.

que vive em uma montanha em uma caverna de cristais. O filme teve uma primeira montagem feita pelo diretor de vários dos filmes de Leni, Arnold Fanck, que, segundo conta

LENI RIEFENSTAHL REGISTROU A XI EDIÇÃO DOS JOGOS OLÍMPICOS, REALIZADOS PELA PRIMEIRA VEZ NA ALEMANHA

Leni no documentário sobre a sua vida, *The Wonderful, Horrible Life of Leni Riefenstahl*, de Ray Müller, de 1993, fragmentou seu filme em pequenas sequências. Ela achou o resultado muito ruim, mas disse que aprendeu com ele a montagem construtiva, onde uma imagem

complementa a outra. Ela explica: uma mulher começa a abrir uma janela, um homem continua abrindo uma porta e finalmente uma velha aparece abrindo completamente outra janela. Seja com for ela tornou-se uma exímia montadora e a partir disto uma excelente diretora, que já sabia o que as imagens poderiam lhe dar, e esta habilidade chegou ao ápice em *Olympia*.

Das Blaue Licht lhe rendeu muito reconhecimento na Alemanha e no exterior, Charles Chaplin mandou-lhe um telegrama e expressou desejo de trabalhar com ela. Segundo ela conta nas suas memórias, nunca pretendeu ser uma figura ativa dentro do cinema que era feito então na Alemanha. Com Hitler no poder e tendo a garantia de poder trabalhar sem

interferência rodou *Triunfo da vontade* (1935), registro da convenção do Partido Nazista de 1934 em Nuremberg. Uma consideração importante que ela faz nas suas memórias é a de que resolveu trazer para o documentário as técnicas de produção que o cinema de ficção já tinha desenvolvido. Pequenos veículos para as câmeras, trilhos para que elas pudessem fazer travelings e panorâmicas sem prejudicar a qualidade da imagem, câmeras em bicicletas, penduradas em torres, carregadas no ombro pelos operadores. Ela deu mobilidade à câmera e já rodou pensando no que poderia conseguir. Um dos truques que usou foi criar um pequeno elevador que acompanhava uma das três bandeiras que ficavam atrás da tribuna principal; com isto conseguiu imagens aéreas

(bird eye) nunca vistas antes. Este documentário marcou a história do gênero e 90% das imagens de desfiles, discursos e manifestações do nazismo que conhecemos hoje vêm dessa obra. Ela é assustadoramente imprescindível para entender o século XX.

Com o sucesso de *Triunfo da vontade* Leni teve uma nova tarefa, registrar a XI edição dos Jogos Olímpicos que seriam realizados pela primeira vez na Alemanha; o país iria sediar os Jogos em 1916 (na mesma Berlim), mas eles foram cancelados por causa da Primeira Guerra Mundial. Tendo a aprovação do Führer ela conseguiu 35 câmeras, com os respectivos operadores, que eram de vários tamanhos, portáteis, submarinas, algumas fotografavam 30 quadros por segundo (o normal no cinema é

JOÃO EDUARDO HIDALGO



4



5



6

4 Stephan Janes, como o grande Jesse Owens. Cena do filme *Raça* (2016).

5 Cerimônia de medalhas de 11 de agosto de 1936 nos Jogos Olímpicos de Verão, em Berlim. Da esquerda no pódio são: medalhista de bronze Jajima, do Japão; medalhista de ouro Jesse Owens, dos Estados Unidos; e medalhista de prata Lutz Long, da Alemanha. Alemães fazem a saudação nazista, enquanto Owens dá uma saudação tradicional.

6 Pôster de divulgação do filme *Raça* (2016), com direção de Stephen Hopkins. Cinebiografia de Jesse Owens (Stephan James), atleta negro americano que ganhou quatro medalhas de ouro nas Olimpíadas de Berlim, em 1936, superando corredores arianos em pleno regime nazista de Adolf Hitler.

24 quadros) e algumas eram presas em balões que depois eram recuperados, eram levadas em bicicleta, cavalo e por alguns atletas, e ela fez valas no chão para ficar no nível do solo, entre outros procedimentos. O resultado de tudo isto foi tão magnífico que Leni teve dois anos e quatro milhões de marcos para terminar seu filme, que foi apresentado na Feira Internacional de Paris, em 1938, obtendo um sucesso instantâneo. Ela contou que tinha um original método de montagem desenvolvido para *Olympia*, que se compunha de tarjas com 12 cores, que identificavam o conteúdo das películas, a mais alta qualidade ganhava a cor vermelha (master) e a mais baixa, a preta (arquivo). Foi necessário criar o sistema, pois quando terminou as gravações da Olimpíada de 1936, tinha 400 mil metros de filme para usar na montagem; só para assistir a todo o material Leni levou 10 semanas, trabalhando 10 horas diárias, e foram necessários dois anos para completar a edição. Ela conhecia os filmes fundamentais para a linguagem cinematográfica, sabia o que tinham feito de eficiente, era admiradora e amiga de Walter Ruttmann, diretor de *Berlim – sinfonia da*

metrópole (1927), ficou atordoada com *Encouraçado Potemkim* (1925) e *Outubro* (1927), de Eisenstein, e desejava fazer o mesmo uso ágil das câmeras de Abel Gance em *Napoleon* (1927). Quando assistimos a *Olympia* vemos a ligação direta do herói grego com o alemão teutônico, que depois se mescla com Jesse Owens, com Lutz Long (Alemanha, salto em distância), Gisela Mauermayer (Alemanha, arremesso de disco), Son Kitei (Japão, maratona), Ibolya Csak (Hungria, salto em altura), Erle Meadows (Estados Unidos, salto com vara), Trebisonda Valla (Itália, 80 metros com barreira), John Lovelock (Nova Zelândia, 1.500 metros), eles correm como o vento, arremessam objetos a uma distância enorme e voam como seres superiores que são. Com uma sutileza incrível Leni mostra que a raça não define ninguém, ela é uma circunstância, Hitler e Goebbels não perceberam.

Da mesma maneira, o filme *Raça*, de Stephen Hopkins, mostra que a raça é um rótulo que recebemos ao nascer, o talento e a habilidade para dedicar-se a uma atividade é pessoal e pressupõe algo maior: caráter. O elenco negro encabeçado por Stephen James

(Owens) e Shanice Banton (Ruth Solomon, mulher de Owens) é talentosíssimo e são todos canadenses, um mito de procedência de raças destruído. E mais, Carice Van Houtem, atriz holandesa faz a alemã Leni, e o ator alemão Barnaby Metschurat faz um Goebbels sem ser caricato, destacando a banalidade e a irracionalidade do racismo e da maldade. Sobre racismo recentemente foi descoberto e divulgado um fato: a mulher de Goebbels, Magda Behrend, era na verdade filha de um judeu, o industrial Richard Friedlaender, que teve relações com sua mãe antes de ela se casar com Oskar Ritschel, que serviu de pretenso pai para Magda. Cabe lembrar que a mãe de Magda, Auguste Berherend, divorciou-se de Oskar Ritschel anos depois e voltou a casar-se, com o judeu Richard Friedlaender. A mulher apresentada por Hitler como a mãe ariana símbolo da Alemanha era uma judia. Indo além, alguns correligionários afirmaram que ele poderia ser pai de algum dos seus seis filhos, um golpe histórico final na insana teoria da superioridade das raças nazista.

Quando o atleta recordista de salto com vara atuou no Brasil, o mequetrefe Lavillenie,

RAÇA É UM RÓTULO QUE RECEBEMOS AO NASCER, O TALENTO E A HABILIDADE PARA DEDICAR-SE A UMA ATIVIDADE É PESSOAL E PRESSUPÕE ALGO MAIOR: CARÁTER

e se comparou a Owens cometeu dois erros crassos. Jesse Owens foi incentivado pelo público que estava no estádio que gritava “USA, USA”, torcendo por ele, que não era o recordista da prova (salto em distância), o campeão era Lutz Long, alemão detentor do recorde, sete metros e cinquenta e quatro centímetros. E o segundo, quando Owens se confundiu e queimou o salto, Long foi ajudá-lo a lembrar do limite da distância. Lutz Long teve espírito esportivo, que faltou fragorosamente a Lavillenie, sem falar de humildade e fraternidade que ele também não teve com Thiago Braz.

Terminada a Olimpíada sugiro um programa para todos, amantes dos esportes ou não: assistir primeiro a *Olympia* e depois a *Raça*, além de entretenimento estas duas obras fundamentais ensinam a sermos humanos, a aprender com nossos erros e a acreditar no aperfeiçoamento da humanidade, é o espírito olímpico pleno. 



João Eduardo Hidalgo é Doutor em Comunicação pela Universidade de São Paulo e pela Universidade Complutense de Madrid. Professor da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp, Bauru.

GIOVANNA AYRES ARANTES DE PAIVA



Quem é o terrorista?

ATENTADO
NA FRANÇA
REACENDEU
AS QUESTÕES
DE COMO
IDENTIFICAR
TERRORISTAS E
COMO PREVENIR
POSSÍVEIS
ATAQUES

No ano de 2016, o Estado Islâmico (EI) já reivindicou uma série de ataques terroristas em diferentes regiões do mundo – como no Iraque, na Bélgica, na Alemanha, nos Estados Unidos. Em recente atentado reivindicado pelo grupo, um caminhão atropelou e matou mais de 80 pessoas em Nice, na França, durante as comemorações pelo Dia da Bastilha, no dia 14 de julho.

Como resposta ao ataque, o presidente francês, François Hollande, estendeu o estado de emergência por três meses. Isso permite ao governo do país proibir reuniões que possam provocar ou manter a desordem, controlar a circulação de pessoas e veículos, e facilita as revistas policiais e a prisão de suspeitos. Ou seja, o estado de emergência permite que as

autoridades tenham maior autonomia para fiscalizar e controlar a população francesa. Hollande ainda afirmou que o país tem de demonstrar absoluta vigilância e uma determinação inabalável e que vai reforçar as ações na Síria e no Iraque como forma de combater o EI. Outras autoridades europeias também anunciaram que vão reforçar as fronteiras com a França e seus aparatos de segurança. Nos Estados Unidos, o presidente Barack Obama ofereceu ajuda nas investigações do ataque e ressaltou a necessidade de destruir o EI.

Devido à proximidade dos Jogos Olímpicos no Rio e à preocupação de que o país fosse palco de ataques terroristas, as repercussões do atentado em Nice afetaram também o Brasil: um dia após o ocorrido, o ministro da Defesa,

Raul Jungmann, declarou que será necessário rever o esquema de segurança e inteligência das Olimpíadas. Jungmann afirmou: “Os acontecimentos em Nice nos preocupam e não poderia ser diferente. Nossa resposta será mais controle e segurança, com ampliação dos procedimentos”. O general Sérgio Etchegoyen, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), reiterou a necessidade de reforçar a segurança no Brasil, declarando que “temos o dever, a partir do que aconteceu, de checar se há lacunas”.

De fato, o atentado na França reacendeu as questões de como identificar terroristas e como prevenir possíveis ataques. Tais indagações são relevantes e constituem pontos-chave nas estratégias de segurança para prevenir

ataques terroristas, evitando-se, assim, mais mortes de civis. O objetivo é agir mais rápido que o terrorista e surpreendê-lo, frustrando seu planejamento e abortando o ataque.

Após o atentado do EI à sede do jornal francês *Charlie Hebdo*, em janeiro de 2015, o governo da França criou uma página na Internet com uma lista de sinais que podem identificar pessoas que estão se tornando jihadistas e que, portanto, poderiam fazer parte de grupos terroristas. A lista inclui características comportamentais como renegar membros da família, mudar hábitos alimentares, não assistir televisão, mudar o vestuário e acessar sites e redes sociais de índole extremista.

A Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) tentou traçar os indicativos de um possível

Carro de polícia parado na Promenade des Anglais, Nice, em 15 de julho de 2016 às 7:00 horas, após o ataque que fez mais de 84 mortos na noite anterior.

GIOVANNA AYRES ARANTES DE PAIVA

terrorista, instruindo a população brasileira a ficar atenta a pessoas que “utilizam roupas, mochilas e bolsas destoantes das circunstâncias e do clima” e que “agem de forma estranha e demonstram intenso nervosismo”. Esses dois fatores que ganharam destaque na publicação da Abin – a roupa e o comportamento – são muito vagos para determinar as ações de uma pessoa e estão fora de contexto.

Posteriormente, a Abin divulgou uma nota em que afirma que esses fatores isoladamente não constituem indícios de terrorismo, mas que “a combinação de pequenos indícios pode ser evidência de comportamento associado à intenção de prática terrorista” e admitiu que “o trabalho de prevenção é dificultado por não haver descrição, perfil ou comportamento que possam, de forma simples, direta e inequívoca, identificar um terrorista”. A Agência ainda acrescentou que é necessário que se fortaleça

UM ATO TERRORISTA PODE SER GERADO PELOS MAIS DIVERSOS TIPOS DE PESSOAS, QUE POSSUEM MOTIVAÇÕES DISTINTAS

no Brasil a “cultura de segurança” a fim de evitar possíveis ataques terroristas. Esse assunto se tornou ainda mais presente no país após a Operação Hashtag, em que a Polícia Federal brasileira prendeu onze suspeitos de planejar um atentado terrorista nas Olimpíadas. De fato, a possibilidade de ações terroristas deve ser levada em consideração no planejamento da segurança dos Jogos Olímpicos, porém é questionável o modo pelo qual essa “cultura de segurança” será implementada, visto que ela poderia legitimar medidas arbitrárias em nome do combate ao terrorismo. Dessa forma, existe a possibilidade de que a ameaça terrorista funcione como um pretexto para articular ações como militarizar cidades, impor prisões com base em evidências frágeis, exacerbar o sentimento de medo na população e, consequentemente, criar a percepção de que existe a necessidade de maior interferência das

Forças Armadas e da polícia no meio urbano.

É verdade que o Brasil não tem sido alvo de ataques terroristas e não foi palco de tragédias como as que ocorreram na Europa, nos Estados Unidos e no Oriente Médio, portanto, a ameaça de um ataque terrorista não é tão forte no Brasil como é nessas regiões e a população brasileira e seu serviço de inteligência tampouco são acostumados a lidar com ataques desse tipo. Contudo, traçar características vagas de um possível terrorista não ajuda a tornar o país mais seguro, mas sim confunde a população com informações pouco precisas e demasiadamente simplificadas sem dar instruções concretas de como as pessoas devem reagir frente a uma ação terrorista, que órgãos de segurança devem procurar diante de uma suspeita de terrorismo e que medidas reais já estão sendo tomadas pelas autoridades de inteligência e polícias.



Massacre do *Charlie Hebdo* – Jornalistas, policiais e serviços de emergência na rua do tiroteio, duas horas após o ataque.

© Wikipedia/Thierry Carole/Delemie-Hairmann

Os membros do EI se autodeclararam defensores do islã, mas representantes e praticantes do islamismo condenam as ações do grupo, que não representam os princípios da religião.

Ademais, aqueles que executam os atentados não precisam ter uma grande habilidade para utilizar armas. Como foi visto no atentado em Nice – e, mais recentemente, no atentado na Alemanha, que também foi reivindicado pelo grupo –, um caminhão e um machado utilizado por um adolescente de 17 anos podem funcionar como armas, alcançando o objetivo desejado: gerar terror.

O aspecto comportamental tampouco pode determinar com precisão quem é o terrorista. O serviço secreto francês, por exemplo, afirmou que não detectou sinais de que o franco-tunísio Mohamed Lahouaiej-Bouhlel – acusado de ter cometido o atentado em Nice e que já tinha passagem pela polícia – tivesse se radicalizado. Para obter êxito em um ataque, o terrorista tem que passar despercebido e evitar dar sinais de nervosismo, o que acaba dificultando o reconhecimento de aspectos comportamentais.

Prevenir ataques terroristas é importante, pois pode salvar a vida de muitos civis e frustrar possíveis ações do EI ou de lobos solitários associados ao grupo ou não. No entanto, aspectos como cor da pele, etnia, comportamento e religião servem mais para reforçar estereótipos, ao associar diretamente atitudes terroristas a pessoas de origem árabe e islâmica, do que para combater práticas terroristas. Além disso, os pontos cruciais no combate ao terrorismo não consistem somente em abortar as ações já planejadas pelos terroristas, mas envolvem questões mais profundas como desarticular grupos terroristas, fiscalizar seu financiamento e a venda de armas. Tais fatores relevantes acabam sendo ofuscados pela procura de uma fórmula para identificar terroristas que, na verdade, não existe, pois o processo de identificar e combater ameaças terroristas é complexo e não pode ser guiado pela desinformação e estigmatização de determinados tipos de pessoas. 



Giovanna Ayres Arantes de Paiva é pesquisadora de Relações Internacionais do Programa de Pós-Graduação em San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp, PUC-SP) e pesquisadora do GEDES/Unesp/França.



© A sala de leitura por Johann Peter Hasencléver

Habermas resgata o potencial do materialismo histórico

Durante os anos 1970, pouco antes de publicar *Teoria da Ação Comunicativa*, Jürgen Habermas trabalhava na reconstrução do materialismo histórico. Para um dos principais filósofos da atualidade, isso significa compor e recompor a teoria em uma nova forma para que ela possa cumprir o objetivo proposto. Ou seja, extrair, após revisar suas premissas, o potencial que as ideias marxianas ainda carregam de explicar a sociedade, sua dinâmica e transformações.

O resultado está em *Para a reconstrução do materialismo histórico*, lançamento da Editora Unesp que integra a Coleção Habermas. Oferecendo uma forma específica de pensar o materialismo histórico, o livro constrói novas perspectivas em relação ao estágio moderno do capitalismo e suas crises, ao mesmo

tempo que vislumbra possibilidades reais de uma vida em sociedade mais democrática e emancipada.

Habermas começa com uma discussão sobre o papel da filosofia no marxismo, alertando como “é tão perigoso permanecer melindrosamente no medium da pura filosofia quanto, de outro lado, renunciar em geral à reflexão filosófica em favor da positividade científica”. Em seguida, esclarece algumas homologias estruturais que existem entre história da espécie e ontogênese. Na terceira parte, indica os limites da teoria da evolução social. Na quarta, discute se no Estado moderno também as legitimações não podem ser “obtidas” de maneira arbitrária.

Preocupado principalmente com a tradição filosófica em torno do materialismo histórico,

Habermas agrega outras esferas sociais em sua análise, em especial o domínio público de legitimação, não permanecendo focado apenas na dimensão econômica. No processo de reconstrução, o conceito de modo de produção é substituído pelas categorias mais abstratas de trabalho e linguagem, já que a relação entre infraestrutura e superestrutura não é suficiente para explicar o capitalismo tardio. “Chega-se, assim”, como se lê na apresentação à edição brasileira, “a uma das teses mais fortes do livro: a de que o emprego de novas forças produtivas somente é possível se acolhidas primeiramente em novas formas de integração social e que as estruturas normativas que essa integração implica podem levar a uma nova etapa de desenvolvimento social”. 



Para a reconstrução do materialismo histórico;
Jürgen Habermas;
Tradução: Rúrion Melo;
Apresentação: Clodomiro José Bannwart Júnior e Luiz Repa;
Editora Unesp;
508 páginas; R\$ 88.

Mais informações sobre a Editora Unesp: <www.editoraunesp.com.br>.

SOBRE A COLEÇÃO HABERMAS

Incluindo praticamente a integralidade dos títulos de Habermas publicados pela editora Suhrkamp, a Coleção Habermas, com seus cerca de 40 volumes, contém desde as primeiras até as mais recentes publicações do autor. Ela surge como resultado da maturidade dos estudos habermasianos no Brasil em suas diferentes correntes e das mais ricas interlocuções que sua obra é capaz de suscitar, sanando dificuldades como a ausência de tradução de textos importantes e a falta de uma padronização terminológica nas traduções existentes.

SOBRE O AUTOR

Um dos mais importantes filósofos da atualidade, Jürgen Habermas, nascido na Alemanha em 1929, criou uma nova visão sobre as relações entre linguagem e sociedade. Foi professor de Filosofia da Universidade de Heidelberg e da New York School for Social Research, além de codiretor do Instituto Max Plank para a Investigação das Condições de Vida do Mundo Técnico-Científico, em Starnberg.

CÉSAR FILHO



O caminho do câncer (ou como evitá-lo)

ARTIGO REFLETE SOBRE HÁBITOS DE VIDA POUCO SAUDÁVEIS QUE PODEM LEVAR AO DESENVOLVIMENTO DE DIVERSOS MALES

Começou a beber com aproximadamente 17 anos. Sentia-se mais confiante para falar com as meninas. No início não gostava de cerveja e cachaça, tampouco do requintado whisky. Mas o tempo o ensinou a apreciar, e ele o apreciou. O gosto então se consolidou na faculdade e mais tarde, já no mercado de trabalho, aprendeu a beber diariamente para aliviar o estresse do batente. Se uma taça de vinho não faz mal, tomava duas e três. Vieram os filhos e o hábito persistiu. Agora bebia para entreter a família. As desculpas mudavam entre um gole e outro, e a vida corria. Fez bodas com a cerveja, passaram-se 33 anos bebendo.

Na faculdade também ganhara outro companheiro: o tabaco. Na época fumar era cool, diziam os comerciais da Hollywood. No iní-

cio, fumava para se sentir pertencido à galera, não poderia ser o único a não fumar. O tempo passou e o cigarro passou a ser um grande companheiro. Tomava café, um traguinho. Com a cerveja, dois traguinhos. Deu vontade, três traguinhos. Com ele também fez bodas. Havia tentado parar, mas não era fácil. Logo sustentava a frase “se vou morrer de qualquer jeito, pelo menos vou aproveitar”.

Nascido no campo e criado na cidade, nunca gostou de saladas, grãos ou qualquer uma dessas tendências alimentícias. O negócio era massa e carne vermelha. Era o churrasqueiro número 1 do seu círculo de amigos. Sabia que não tinha os melhores hábitos e tentava não repassá-los para os filhos. Sempre dizia “faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço”, – e “Comam a salada toda!”.

A correria do dia a dia o afastara dos esportes. Agora com uma barriga saliente, não conseguia mais participar das peladas de domingo, disso se arrependia. Não entendia como de uma hora para outra havia perdido seu fôlego. Talvez fosse a idade.

Agora com cinquenta anos e cabelos ligeiramente grisalhos, sentia-se satisfeito com tudo que havia conquistado e com tudo que havia vivido. Mas deitado naquela cama, com o braço ligado por um fino tubo a uma máquina que injetava uma substância que o curava e o destruía, sentia uma sensação estranha. Sentia medo de não aproveitar suas conquistas, de

não ter tempo para brincar com os netos e de não envelhecer ao lado de sua esposa.

Perguntava-se o porquê de ter desenvolvido câncer, de estar naquela situação. Seria culpa de Deus? Seria culpa de vidas passadas? Talvez. Mas, no fundo, não acreditava nisso. Sabia que a culpa era sua.

Viveu sua vida sobre o lema da intensidade: aproveitar a vida como se não houvesse amanhã. O amanhã chegou. E trouxe consigo um novo companheiro, um tumor no pulmão com metástases em outros órgãos.

Agora queria fazer diferente, mas já não dava tempo. A fatura da vida havia chegado. **UC**

SABIA QUE NÃO TINHA OS MELHORES HÁBITOS E TENTAVA NÃO REPASSÁ-LOS PARA OS FILHOS

César Filho é formando em Ciências Biológicas – Ênfase Biotecnologia pela UFES – Universidade Federal do Espírito Santo. Após perder sua mãe na luta contra um câncer, fundou a startup WeCancer. Contato: <cesarfilho@wecancer.com.br>.

O falso Robin Hood

A DESIGUALDADE SOCIAL NOS ASSENTOS DO ENSINO SUPERIOR NÃO DEPENDE DE PRIVATIZAÇÃO, MAS DE UMA NOVA METODOLOGIA DE DIVISÃO DAS VAGAS

Se não bastassem as propostas alienantes do Escola Sem Partido, mais um ovo da ditadura surge para ser chocado: a privatização do ensino superior. Me refiro ao último domingo, 27/7/2016, quando um editorial do jornal *O Globo* defendeu que precisávamos mudar o sistema de ensino público e gratuito, optando pelo ensino pago, pois o gratuito seria injusto com a população pobre. Sempre suspeitei que a nossa elite fosse bondosa no seu âmago, preocupada com as injustiças sociais da sociedade, mas confesso que esse gesto me surpreendeu. Nossa elite não cansa de demonstrar sua benevolência histórica, seja libertando escravos, nos salvando de governos comunistas, ou nos incentivando ao trabalho, dobrando nossa carga horária. Tudo para o nosso próprio bem.

Um dos argumentos vinculados consiste em que o pobre, educado em um ensino básico sucateado, é incapaz de alcançar as principais vagas no vestibular, uma vez que os mais ricos e com educação privada arrematam tais lugares. Embora cursos de grande concorrência e apelo como medicina e direito concentrem um público de alta renda, advindo das melhores escolas e cursinhos preparatórios, generalizar para o todo é errado. Uma rápida observada nos gráficos do IBGE entre 2004-2014 mostra que o acesso aumentou vertiginosamente para a inclusão de pobres e negros nas universidades públicas. Graças, em grande medida, ao sistema de cotas sociais e raciais e à expansão das vagas.

A solução, supõe-se, então, seria uma as-

sistência pesada no ensino básico, médio e fundamental. Mas invertem maldosamente o processo. A culpa estaria no ensino público superior gratuito e não no básico sucateado. A desigualdade social nos assentos do ensino superior não depende de privatização, mas de uma nova metodologia de divisão das vagas levando em conta parâmetros de desigualdade social e racial.

A TRADIÇÃO DO ENSINO SUPERIOR GRATUITO DO BRASIL É REFERÊNCIA MUNDIAL

Qual a saída proposta para a “gritante injustiça social”? A privatização. A solução seria abolir o ensino gratuito do ensino superior e transformá-lo em um produto de mercado da iniciativa privada. Quem tem dinheiro paga, quem não tem viveria de supostas “bolsas”.

Quais seriam os critérios de contemplação? Financiarria ou reservaria uma quantidade específica de vagas para advindos de escola pública ou de baixa renda? Se for este o caso, as cotas já assumem essa função. Todavia, colocam uma nova roupagem às cotas oferecendo-lhe um ar de “meritocracia”. Nomear essa iniciativa de “Bolsas” parece ser uma estratégia linguística para convencer aquela parcela da população que ostenta um profundo ressentimento e preconceito contra o sistema de cotas. Se a preocupação é essa, não existe a necessidade de privatizar, mas de ampliar e melhorar os mecanismos de cotas raciais e sociais vigentes. De forma genérica, recomendam um suposto sistema de bolsas como salvação, substancialmente organizado por empresários da educação.

Aliás, o besteiro chega a tal dosagem que

compara o ensino privado brasileiro com a tradição de ensinos estrangeiros, como o dos Estados Unidos. Esquecem que no Brasil, retirando as poucas universidades particulares que obtêm alto nível em pesquisa e ensino, o sistema não funciona tão “bem” como alegam. Não à toa, foi justamente com o financiamento do Estado, com o Fies, que muitas faculdades particulares de médio e pequeno porte sobreviveram e deixaram de fechar cursos. Deve-se lembrar que a tradição do ensino superior gratuito do Brasil é referência mundial. A iniciativa privada já existe no ensino superior brasileiro e não funciona e, salvo algumas raríssimas exceções, a maioria respira por aparelhos estatais. Em termos qualitativos, a grande procura é pelo ensino superior público e não pelo privado.

O ponto nevrálgico desse discurso está na tentativa de transformar a educação em dinheiro. Fazer da educação um instrumento de enriquecimento. Numa perspectiva ideológica, pega o gancho de propostas como o Escola Sem Partido, que objetiva criar uma horda de alunos-robô, professores burocratizados e obediêntes. Estas propostas são instrumentos de vigilância e contribuem para a construção de um cidadão acrílico.

Se o problema for a crise, talvez o combate à sonegação de alguns conglomerados e empresas ajude essa notável e espontânea preocupação com os cofres públicos. Se o problema for a injustiça social, talvez seja o momento de reconhecer os benefícios das cotas raciais e sociais. E sem eufemismos. 



Leonardo Dallacqua de Carvalho, graduado e Mestre em História pela Unesp, é atualmente doutorando em História na Fundação Oswaldo Cruz-RJ.

ALEXANDRE SIMÕES



Escola sem escola

O QUE SE DEVE GARANTIR É A PLURALIDADE DE CONTEÚDOS E DISCUSSÕES NA ESCOLA

A proposta da Escola Sem Partido está na mesa. Por considerar que uma discussão tão importante como essa tem sido por vezes abordada com certa superficialidade, gostaria de expressar aqui as razões pelas quais considero que esse projeto de lei é um estrondoso – e perigoso – engodo.

Embora o nome soe bem, o pilar fundamental desse projeto é bem mais amplo: a abordagem em sala de aula não poderia usurpar o direito de os alunos receberem valores, educação e moral de acordo com as convicções dos pais.

Pois bem. Gostaria de compartilhar com vocês um episódio pessoal. Minha família teve origem humilde no interior. Quando eu era pequeno, era cultura em minha família dizer que nos dias de chuva com trovoadas era perigoso ter espelhos em casa. Lembro-me de sair pela casa removendo ou cobrindo espelhos em dias de chuva forte. Bem... Essa era uma crença. Minha família estava convicta de que isso era perigoso, e agia, de acordo com sua crença, com a melhor das intenções, para o bem de todos.

Foi na escola que uma professora me ensinou que isso não tinha qualquer fundamento.

Pelo artigo 3.º desse projeto de lei, minha professora poderia ser processada. O artigo veda ao professor exercer “atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes”. Como a crença dos espelhos estava ligada à moral – aquilo que é relativo aos costumes – da minha família, minha família teria o direito de impedir que esse ensinamento me fosse transmitido. Eu mereceria isso?

Imaginemos uma aula sobre a origem da vida. De acordo com o projeto, o professor apresentaria aos alunos o conceito do darwinismo e também a versão de Adão e Eva. Ao ouvir a pergunta “professor, qual dessas versões está correta?”, a resposta do professor teria que ser “pergunte ao seu pai”. Essa seria a mesma resposta a ser dada para praticamente qualquer pergunta formulada em uma aula de história, já que a leitura de fatos históricos e políticos, é, por natureza, dependente de quem a faz.

É papel da escola justamente quebrar paradigmas e estimular a visão crítica dos jovens à luz dos conhecimentos da nossa sociedade. Essa quebra pode – e deve – acontecer nos tópicos científicos, morais, éticos, religiosos, políticos em tantos outros. A escola não é um carrinho de compras a partir do qual alguém escolhe só os produtos que quer: a escola deve preparar para a vida real e não pode haver assunto ou opinião proibida. Por mais que se queira, não há como separar a opinião do professor da interpretação dos conteúdos e fatos.

UMA MORDAÇA NA ESCOLA NÃO É A SOLUÇÃO

O aluno não é uma cópia de seus pais, nem tampouco do professor. É um indivíduo. É papel do sistema educacional fazer com que o aluno receba informações e interpretações diversas sobre conteúdos de todas as naturezas para que ele possa, aos poucos, formular sua própria opinião sobre os mais diversos temas. Essa formulação só pode ser mediada pelo próprio aluno, ponderando o que ele vivenciou na escola com os

conceitos que ele traz consigo. Bem mais do que isso, o suposto direito dos filhos receberem educação moral apenas de acordo com as convicções dos pais é perigoso na medida em que usurpa dos filhos o direito constitucional à liberdade de consciência e de crença. Para fazerem suas opções, as pessoas precisam de informação e formação. Ninguém opta pelo que não conhece.

O que se deve garantir é a pluralidade de conteúdos e discussões na escola. Esse projeto de lei, infelizmente, vai exatamente no sentido contrário. É claro que existem abusos por parte de educadores, de várias formas. Contudo, não vamos tomar o todo pela parte. Uma mordaca na escola não é a solução, e devolveria à cena censores de métodos ou conteúdos. Quero acreditar que já superamos essa fase.

Não vamos, por favor, contaminar a educação com o clima de ódio político-partidário. Deixemos a escola fazer o seu trabalho. 

Três macacos sábios no santuário de Toshogu em Nikko



Alexandre Simões é professor livre-docente do Instituto de Ciência e Tecnologia de Sorocaba (ICTS), vice-diretor do Câmpus de Sorocaba da Unesp e membro do Conselho Municipal de Educação de Sorocaba.

RICARDO DA FONSECA

Operação Boca Livre, Lei Rouanet e Ciência Brasileira

ARTIGO DISCUTE A ADAPTAÇÃO DA LEI ROUANET PARA A CIÊNCIA E INOVAÇÃO

Recentemente, a operação Boca Livre, executada pela Polícia Federal, investigou e constatou várias irregularidades com relação à utilização das verbas nos projetos beneficiados pela Lei Rouanet, gerando recomendações de alterações na fiscalização e nos procedimentos adotados para autorizar a captação de recursos pelo Ministério da Cultura.

Há alguns meses, exatamente em 16 de novembro de 2015, o professor José Goldemberg publicou, no jornal *O Estado de S. Paulo*, uma opinião sobre a adaptação da Lei Rouanet para a Ciência e Inovação. O principal ponto apresentado na matéria citada é que as atividades científicas se beneficiariam, à semelhança das atividades culturais, pelo aporte adicional de recursos financeiros estimulados

pelo desconto no imposto de renda de pessoas físicas ou jurídicas. De maneira ideal, tal adaptação da lei permitiria o financiamento de projetos de um maior número de pesquisadores e maior instrumentação da atividade científica, a qual se refletiria em melhores chances e maior velocidade de se encontrar soluções para problemas em foco.

Mas, para que realmente cheguemos perto da situação ideal, a adaptação da lei deve tentar corrigir alguns pontos em que a Secretaria da Cultura vem recebendo críticas e que foram expostos pela operação da Polícia Federal, caso contrário, a adaptação da Lei Rouanet para a Ciência e Inovação poderá trazer muito mais danos do que benefícios.

O principal alvo das críticas à Lei Rouanet

é que uma considerável parcela do dinheiro público (disponível devido às deduções de impostos) tem sido direcionada a empreendimentos culturais de grande porte que não precisariam dele, por se sustentarem com a venda de ingressos e outros patrocinadores. Enquanto isso, outras manifestações igualmente importantes para a cultura brasileira não conseguem recursos para se estruturarem ou os recebem de maneira insuficiente.

Uma das causas dessa distorção é a permissão dada às próprias empresas patrocinadoras de investirem livremente a quantia a ser deduzida de seus impostos nos eventos culturais. É natural que as empresas procurem grandes eventos com artistas consolidados e ou personalidades de grande destaque na mí-

dia. Entretanto, essa conduta acaba por gerar uma grande concentração da verba disponível para os grandes empreendimentos, deixando uma parcela considerável de outros projetos de menor escala e igualmente importantes sem financiamento.

Não é difícil imaginar que os mesmos problemas poderiam acontecer com a ciência e inovação. A liberdade total de empresas e pessoas físicas na escolha do projeto para o qual gostariam de doar seu dinheiro provavelmente acabaria gerando uma concentração de distribuição de verbas em que alguns grupos de pesquisa já consolidados e lotados em Universidades tradicionais receberiam grande parte dos recursos, dificultando a prática científica de maneira mais democrática e minimizando

São Paulo – O delegado da PF-SP, Rodrigo de Campos Costa, o chefe da CGU em São Paulo, Roberto Viegas, e a procuradora-geral da República, Karen Louise Kahn falaram sobre a Operação Boca Livre.



© Rovenna Roca/Agência Brasil

RICARDO DA FONSECA

a chance de descoberta e publicação de resultados por pesquisadores em início de carreira ou ainda sem grande notoriedade.

Mais preocupante ainda seria a desigualdade entre áreas do conhecimento, em que as ciências aplicadas e tecnológicas seriam muito beneficiadas enquanto que as ciências humanas e as ciências básicas, de modo geral, receberiam consideravelmente menos verbas provenientes dessa fonte. Assim, na ciência corre-se o risco de haver um fenômeno de estratificação na distribuição de verbas, em que alguns estratos recebem muito mais verbas que outros. A concentração de verbas se daria, por exemplo, entre estratos formados por regiões (em que as regiões mais desenvolvidas

quisadores se vejam praticamente “obrigados” a produzir resultados de pouca expressividade e “a gosto do cliente”, a curto prazo, para tentar aliviar a pressão exercida por fatores estranhos à atividade em si. Isso fomentaria a prática de uma ciência tendenciosa, de baixa qualidade e comprometida com os interesses particulares.

Parte dos problemas apresentados poderiam ser resolvidos pelo direcionamento de uma parte dos recursos doados para um fundo controlado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) para a distribuição mais equilibrada das doações recebidas, de forma a garantir que mesmo pesquisadores em início de carreira e/ou ainda sem grande destaque no meio e trabalhando em ciências básicas na Região Norte tenham a perspectiva de ter seus trabalhos apoiados pelas doações de empresas e pessoas físicas para o desenvolvimento da ciência. É notório que aos doadores ainda deve ser mantida a opção de aplicar parte de seus recursos onde julgarem ser mais importante ou mais interessante (inclusive nos seus próprios setores de pesquisa e desenvolvimento). Essa é a solução que vem sendo proposta também pelo Ministério da Cultura (MinC) para minimizar as distorções da Lei Rouanet. Entretanto, acredito que as proporções retidas das doações, no caso da adaptação da Lei Rouanet para Ciência e Inovação devam ser maiores do que as propostas pelo MinC para as atividades culturais.

Para que essa solução funcione é fundamental, como indicado no artigo do professor Goldemberg, que o processo decisório sobre quais projetos teriam mérito para a captação de recursos seja feito pelos órgãos governamentais envolvidos com a Ciência e Inovação, como CNPq e agências de fomento estaduais. Somente assim, garantiria-se que as verbas públicas originárias de doação direta das empresas e pessoas físicas ou do fundo controlado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia seriam aplicadas com maior segurança para a obtenção de resultados importantes e promissores.

Tão importante quanto a elaboração de leis,



© Revenera Rosa/Agência Brasil

A ADAPTAÇÃO DA LEI ROUANET PARA A CIÊNCIA E INOVAÇÃO, COM AS DEVIDAS MODIFICAÇÕES, PODE SIGNIFICAR UM GRANDE SALTO DE QUALIDADE PARA A CIÊNCIA BRASILEIRA

como Sul e Sudeste teriam maiores benefícios), entre estratos caracterizados por áreas do conhecimento (em que as ciências básicas seriam claramente menos procuradas para doações) e por aqueles formados pelos níveis de emprego da tecnologia (onde as ciências agrárias, por exemplo, estariam em desvantagem em relação às engenharias de computação).

O segundo problema é que a atividade científica estaria sob grande pressão dos seus doadores, que, por possuírem interesse direto nos resultados gerados, poderiam exigir exclusividade dos resultados e/ou rapidez na geração desses. Além disso, se os resultados não fossem satisfatórios (sob o ponto de vista do doador) os próximos projetos poderiam correr o risco de não contar com a continuidade de recebimento de verbas. É natural que o pesquisador responsável esteja muito preocupado com a condução de seu trabalho e com a continuidade da entrada de verbas para conseguir seus resultados de médio e longo prazo. Sendo assim, sob pressão, é possível que alguns pes-

formas de controle e estratégias para distribuição de recursos, é o desenvolvimento de programas de conscientização dos contribuintes sobre o real papel da ciência e suas finalidades. A ciência, diferentemente da cultura, não cria vitrines e não tem público ou espectadores, não há portanto espaço para outdoors e material de marketing. Doadores devem entender que a ciência é inerentemente uma atividade de risco e de exploração do desconhecido e, portanto, oferece riscos maiores que as atividades culturais quanto a realização dos resultados. Assim, os resultados pretendidos podem não aparecer no curto prazo e falhas na solução de problemas são possíveis.

Estando ciente dessas particularidades da atividade científica, e sabendo que, quando os resultados são obtidos, eles, de modo geral, compensam todo o investimento realizado, os doadores terão um estímulo adicional na realização de doações (além daquele que se caracteriza pelo desconto no imposto de renda).

Se a adaptação da Lei Rouanet para Ci-

ência e Inovação viesse a funcionar com as devidas correções (em relação à lei da cultura) e conscientizações, ela permitiria grandes quantidades de recursos captados. Mas seria fundamental que esse fato não fosse utilizado pelo governo como justificativa para a redução dos investimentos estatais em ciência e inovação que já estão vigentes via agências de fomento como CNPq, Capes e Fundações de Amparo à Pesquisa dos Estados. Os recursos deveriam complementar a verba já destinada a essas agências e não se transformar em argumento para extingui-las ou reduzi-las (como já chamou a atenção o professor José Goldemberg em seu artigo).

Finalmente, acredito que o aproveitamento das ideias fundamentais da Lei Rouanet, devidamente protegidas contra as impropriedades (já conhecidas e explicitadas pela operação Boca Livre da Polícia Federal) e com as devidas modificações para a realidade da atividade científica, pode significar um grande salto de qualidade para a ciência brasileira. 

Acusados da Operação Boca Livre, que investiga fraudes na Lei Rouanet, chegam ao Fórum Ministro Jarbas Nobre para prestar depoimento.



Ricardo da Fonseca é professor da Unesp de Dracena.

O ciclo de vida na formação de futuros profissionais

PAPEL DA UNIVERSIDADE É CADA VEZ MAIS IMPORTANTE

A Universidade exerce o papel fundamental de formar e preparar pessoas para produção científica e atuação no mercado de trabalho. Faz parte desse papel assegurar que os alunos sejam capazes de utilizar o conhecimento adquirido no ambiente acadêmico, de se conectar com as tendências e de inserir práticas em seu dia a dia pessoal e profissional.

Isso não é diferente quando o tema é sustentabilidade. Este assunto tem sido discutido em todas as esferas da sociedade desde 1968, quando o Clube de Roma, uma organização sem fins lucrativos que reúne profissionais de diversas áreas (diplomacia, universidade, sociedade civil, empresas etc.), publicou o relatório *Limites do Crescimento*, que propõe que para manter o equilíbrio econômico e ambiental é necessário que haja um congelamento no crescimento da população global.

O tema volta ao cerne das discussões globais em 1987, quando a Comissão Mundial de Desenvolvimento e Meio Ambiente da ONU divulgou o relatório *Nosso Futuro Comum* ou *Relatório Brundtland*, que definiu o que é desenvolvimento sustentável, e em 1992, durante

a ECO 92, quando a comunidade internacional definiu uma agenda com compromissos com a mudança de padrão de desenvolvimento no século 21.

Em 1990, Elkington apresentou o conceito do Triple Bottom Line (TBL – People – Pessoas, Planet – Planeta, Profit – Lucro) como uma tradução do tema para o mundo dos negócios, onde a sustentabilidade neste contexto seria o equilíbrio entre os aspectos sociais, ambientais e econômicos.

A partir de então, o ambiente empresarial tem abordado o assunto como tema estratégico e fator de diferencial competitivo, conforme proposto por Milkovich e Boudreau, “uma vantagem competitiva sustentável ocorre quando uma empresa implementa uma estratégia de criação de valor que não esteja implementada simultaneamente pelos concorrentes de forma real ou potencial, e quando outra organização é incapaz de copiar os benefícios dessa vantagem”.

Inúmeras iniciativas buscaram aprofundar tais discussões no Brasil, de forma a contribuir com as empresas na implementação estratégica do tema e na geração de competitividade, como

o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), que aborda as vantagens da inserção da sustentabilidade como uma forma de se fazer gestão; a Fundação Dom Cabral (FDC), que tem realizado estudos sobre o estado da sustentabilidade nas empresas brasileiras, de forma a identificar a evolução da sustentabilidade corporativa no Brasil; e o Observatório de Tendências em Sustentabilidade (NEXT), que tem se aprofundado em alguns temas, de forma a contribuir com o desenvolvimento dos profissionais que atuam com sustentabilidade nas empresas brasileiras.

Apesar dos avanços neste contexto, sabe-se que as empresas possuem duas grandes preocupações: uma, como tornar a “sustentabilidade” mensurável e tangível e outra, como formar profissionais para atuar com este tema nas empresas.

O conceito de ciclo de vida é uma das formas possíveis de tornar o tema tangível, pois norteia a mensuração e o gerenciamento da sustentabilidade, uma vez que considera os aspectos ambientais e os impactos potenciais atrelados ao ciclo de vida de um produto, desde a extra-

ção da matéria-prima (nomeada como berço) até a disposição final, após seu uso (nomeada como túmulo).

Além disso, fornece informações importantes sob o ponto de vista ambiental, social, econômico quanto a aspectos da extração de materiais, necessidade de substitutos de menor impacto, dados quantitativos dos gastos de recursos naturais, resíduos gerados na produção, mão de obra envolvida, distribuição, destinação e impactos ambientais pós-consumo.

Quanto à formação de profissionais para atuação neste tema, sabe-se que existe um déficit de especialistas em ciclo de vida. Cada vez mais as empresas e instituições estão em busca de pessoas com este olhar amplo e voltado para a sustentabilidade aplicada, e a universidade exerce um papel fundamental neste processo.

Dessa forma, o horizonte de atuação para este profissional é extenso, pois o conceito contribui para a tomada de decisões mais criteriosas e desenvolve olhar sistêmico, de forma a orientar a mitigação de impactos, a visualização dos benefícios globais de suas escolhas e a identificação de oportunidades de novos negócios. 



Taísa Cecília de Lima Caires é consultora de Educação para Sustentabilidade da Fundação Espaço ECO®

Camila Daniele Honório é consultora de Gestão Aplicada a PMEs da Fundação Espaço ECO®

ELI VAGNER F. RODRIGUES

Bloomsday é tributo a James Joyce e sua obra *Ulysses*

DATA DE 16 DE JUNHO LEMBRA UM DOS MAIORES ROMANCES DO SÉCULO XX

Aqueles que já contemplaram a literatura como algo mais do que um passatempo, obrigação ou tortura, que acreditam na ideia de uma formação pessoal pela arte literária, ou ainda aqueles que, ansiosos por adquirir cultura, acompanham as listas dos 100 melhores do século (filmes, livros, músicas), já se depararam com o desafio de *Ulysses*. A obra de James Joyce, por ter sido considerada pela crítica como o romance do século XX, assusta e atrai. Joyce é considerado o escritor que

propriamente como um autor a ser desfrutado pelo grande público. Na verdade Joyce abusa não só de experimentalismo, mas também de seu vasto conhecimento das línguas europeias (clássicas e modernas) criando neologismos e palavras-valise (palavra ou morfema que faz uma fusão de duas palavras) que podem cansar o leitor não especializado e fazer desistir da leitura aqueles que não estão interessados em malabarismos linguísticos.

Além disso, quando se lê que o seu romance mais famoso é inspirado na *Odisseia* de Homero e que traça um paralelo entre as aventuras de Ulysses (Odisseu) e o personagem Leopoldo Bloom durante apenas um dia na cidade de Dublin, o temor com relação à obra tende a aumentar. Um dia em aproximadamente mil páginas? O detalhamento minucioso de um dia na vida de um homem comum? De que forma o detalhamento de um cotidiano pode contribuir para o rol das grandes questões literárias? Por estas e outras razões a obra é considerada “o livro mais comentado e menos lido da história da literatura”.

Apesar dessa designação paradoxal e do fantasma de complexidade que se formou sobre a obra, vários aspectos que envolvem a história do romance o tornaram um livro, em

teria desconstruído as tradicionais estruturas do romance, seja lá o que isso signifique para nós que não somos especialistas em crítica literária. A própria palavra e referência pós-moderna “desconstrução” anuncia dificuldades.

Na visão dos críticos mais conservadores, Joyce teria abusado de alguns experimentalismos linguísticos e, por esse e por outros motivos, teria seu lugar na história da literatura mais como tema de simpósios de especialistas do que

JOYCE ABUSA NÃO SÓ DE EXPERIMENTALISMO, MAS TAMBÉM DE SEU VASTO CONHECIMENTO DAS LÍNGUAS EUROPEIAS



Atores caracterizados como personagens de *Ulysses*, durante o Bloomsday, em Dublin.

© bloomsdayfestival.ie / Conor McCabe Photography

ELI VAGNER F. RODRIGUES

certo sentido, extremamente popular. *Ulysses* é citado e celebrado desde pelo menos os anos 20. Alguns especialistas indicam 1925 o ano da primeira comemoração (três anos após o lançamento do livro); outros afirmam que foi na década de 1940, logo após a morte de Joyce, enquanto a hipótese mais aceita indica que foi em 1954, na data do quinquagésimo aniversário do dia retratado em *Ulysses*.

O fato é que comemora-se todo ano e em vários lugares do mundo o *Bloomsday* em 16 de junho, data da épica jornada de Bloom pela Dublin de 1904 até retornar à sua casa e à sua Penélope (Molly Bloom). Impossível não pensar, neste mundo de aparências, em quanta gente já comemorou dia tão significativo para a literatura sem ter ultrapassado a famosa frase inicial pronunciada por Buck Mulligan “Introibo ad altere Dei” na primeira página do livro. Se o *Ulysses* não é tão lido, pelo menos, é muito celebrado.

JOYCE PENSAVA QUE A BUSCA PELO HEROISMO ERA UMA GRANDE VULGARIDADE

Não deve ser o experimentalismo o aspecto central que afasta boa parte dos leitores desta obra polêmica, mesmo porque o maior exemplo de experimentalismo de Joyce não é o *Ulysses*. O exemplo máximo de ousadia criativa do autor foi *Finnegans Wake*, sobre o qual Jorge Luis Borges, outro criador de labirintos literários, afirmou: “Tomou [James Joyce] conhecimento de todos os idiomas e escreveu numa língua inventada por ele, uma língua difícil de entender, mas notável por sua estranha musicalidade”. (Jorge Luis Borges em *Sete Noites*). Segundo os especialistas em tradução, quanto mais fórmulas, soluções e criações (transcrições, diriam os irmãos Campos-Haroldo e Augusto), mais perto chegamos das intenções do autor. Nesse sentido, quanto mais traduções de *Ulysses* em língua portuguesa mais possibilidades de o autor ser aceito pelo público.

A boa notícia é que a Companhia das Le-

tras, em parceria com a Penguin, com a série Clássicos, parece apostar em uma retomada do interesse do público pela leitura deste marco da literatura. A nova edição de *Ulysses*, com tradução de Caetano Galindo, professor da Universidade Federal do Paraná, traz um valioso estudo introdutório de Declan Kiberd que elucida várias questões que já foram discutidas pelos críticos ao longo de todo o século XX. O prefácio de Kiberd proporciona uma ótima contextualização e explica vários problemas interpretativos do texto, o que combina com a opção do tradutor de não fazer uso de notas ao longo da tradução.

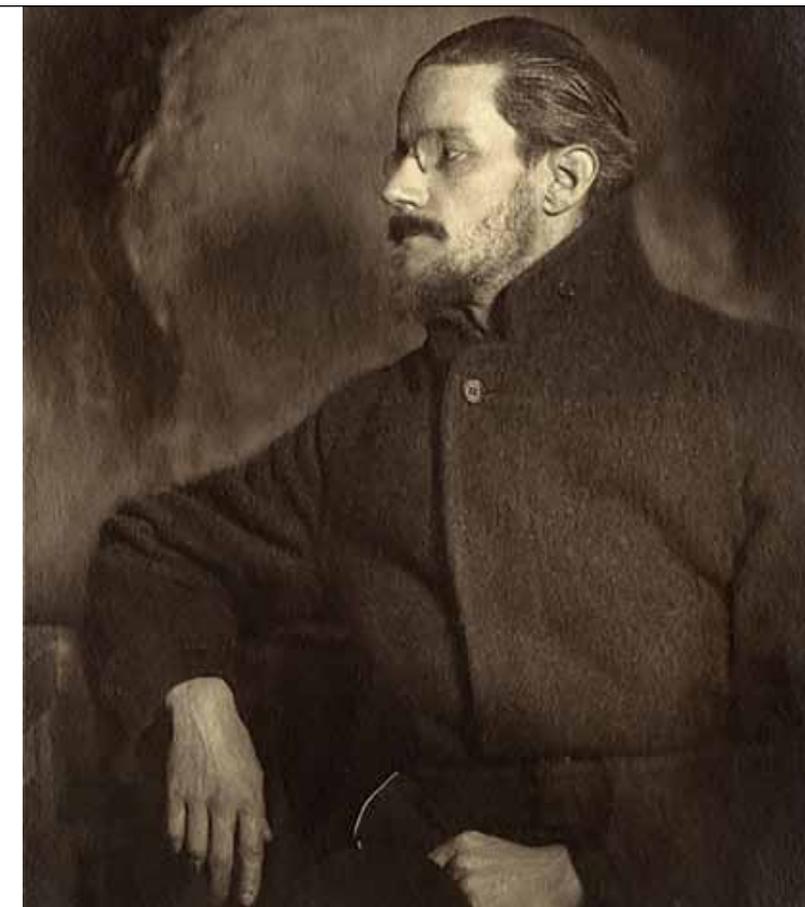
O público brasileiro, que já conhecia a corajosa e desbravadora (segundo Galindo) tradução de Antonio Houaiss e a tradução de 2005 da Professora Bernardina Pinheiro da Silveira, pode agora apreciar as soluções de Galindo à luz de um texto introdutório de 77 páginas. Se não bastasse uma nova tradução para renovar nossas investidas aos labirintos joyceanos, a mesma editora lançou em abril de 2016 um guia para a leitura de *Ulysses*, assinado pelo tradutor. (*Sim, eu digo sim*, de Caetano Galindo, Companhia das Letras, 2016).

Kibert elucida alguns enigmas e nos dá um fio de Ariadne para explorar os labirintos da obra. Vale notar que nos anos de recepção da obra muitos críticos se viram como detetives novatos em busca de sentido, ordem, estrutura e referências no romance. Descobrir, por exemplo, que Bloom, personagem central da obra, se desloca por um eixo noroeste de Dublin, afirma Kiberd, só foi possível depois de verdadeiras agruras interpretativas. Em seu intrincado paralelismo com a *Odisseia*, o esquema da obra traça o périplo de Bloom, análogo ao de Ulisses, e repete, em situações que o leitor deveria “desvendar”, algumas passagens fundamentais da épica homérica. Este aspecto sempre envolveu o livro em uma aura de decifração do tipo quem é quem, isto é, quem no texto de *Ulysses* representa quem na *Odisseia*. Obviamente a leitura de *Ulysses* nos coloca, como pressuposto, uma lição de casa, a leitura da obra de Homero.

Mas o que o professor Galindo, o tradutor, propõe é apresentar o *Ulysses*, antes, como o que ele realmente é: um romance, e não um “quebra-cabeça exemplar”, por isso abre mão de notas. É a introdução de Kibert, como afirmamos, que nos dá várias pistas para uma primeira incursão no texto. A primeira, e que pode ser, para alguns, uma ideia inusitada, seria a aversão de Joyce pelo tema das batalhas. A inspiração homérica pode sugerir, a princípio, que Joyce poderia ter sido um helenista que defendesse o ideal ético-estético espada, sangue e heróis. Aquele helenismo saudosista, supostamente aristocrata, que já atraiu militares, artistas e acadêmicos. Vale lembrar que esta nostalgia helenista nos legou figuras tão antagônicas como Nietzsche e Hitler. Ao contrário, segundo Kiberd, Joyce preferia aparentar um desinteresse por batalhas, as abstrações heroicas pelas quais morriam os soldados pareciam soar cada vez mais vazias para ele.

É preciso notar que dentre as obras de Homero a *Iliada* é propriamente o poema das batalhas e da guerra de Troia, na *Odisseia* o foco é a viagem de Odisseu de volta a Ítaca. Vale notar também que a *Iliada* é um texto muito mais indigesto para nossa sensibilidade moldada pela estrutura romanesca moderna do que a *Odisseia*, que apresenta de saída um plano dramático a partir do qual fica muito mais definido o lado para o qual vamos “torcer”.

Segundo Kibert, esse distanciamento de Joyce com relação a temas bélicos teria sido o efeito da guerra sobre sua geração. O escritor tinha medo “dessas palavras grandes que nos deixam tão infelizes”. A concepção de Joyce, que se mostrava contrária à própria tradição literária irlandesa e, por que não, contrária a toda tradição literária europeia, era que o épico deveria conviver necessariamente com a futilidade da guerra. Há, aqui, uma contradição que Kibert explora como uma chave para a interpretação das opções de Joyce pelo cotidiano minucioso. O detalhismo é uma opção estética de franca oposição ao solene e grandioso. Para Joyce, o preço da postura e



Joyce em Zurique, em 1918.

do discurso heroicos, característicos do gênero épico é, em todas as civilizações, a violência. O corpo e o cotidiano, estas duas realidades imediatas, são os que sofrem com os ideais pronunciados com pompa nos palanques, muitas vezes por quem não luta nos campos de batalha. Segundo Kibert isto não aparece de maneira panfletária no texto e sim nas escolhas estéticas e estruturais.

Joyce teria escrito um épico do corpo, um relato minucioso de um dia como uma lembrança página a página de que a normalidade do *Ulysses* moderno seria uma repreensão contra o mito do heroísmo militar antigo. Na verdade, o que Joyce pensava é que a busca pelo heroísmo era uma grande vulgaridade (o autor afirma em uma carta a seu irmão), ideia estranha até hoje se pensarmos no sucesso não exatamente surpreendente dos heróis modernos.

Além deste distanciamento, o escritor não substituí a ilusória estrutura do heroísmo pela força da paixão individual, que poderia ser outra saída para a exaltação de um personagem. Nesta perspectiva, o minucioso é representa-



Celebração do Bloomsday no Centro James Joyce na Rua North Great George, em Dublin – Irlanda.

tivo do que é real e efetivamente importante para a vida cotidiana (afinal só existe a vida cotidiana). “O que alguém faz durante um só dia é infinitesimal, no entanto, é infinitamente importante que o faça.” Joyce está se opondo, também, a certa noção de honra baseada nos sórdidos códigos do militarismo cavalheiresco que, se hoje praticamente não o conhecemos, em sua época ainda era bastante influente na Europa. Hoje, até onde sabemos, ninguém em sã consciência “convida” um desafeto para um duelo com pistolas.

Com *Ulysses*, Joyce estaria marcando o terreno da nova literatura contra uma concepção arcaica, sensacionalista e heroica do próprio povo irlandês. Além disso, Joyce tinha uma convicção que até hoje é uma característica muito pouco compreendida em toda a literatura pelos nacionalistas, a ideia de que o maior dever de um escritor é o de insultar, mais do que bajular, a “ vaidade nacional”. Afinal, o insulto proporciona, na maioria das vezes, alguma luz sobre nossos autoenganos. Negar o mitológico Cúchulain (herói irlandês) tam-

bém era uma maneira de se opor à apologia da violência e da batalha como caminho de libertação de um povo.

Em suma, Joyce era refratário a tudo aquilo que cantamos nos nossos hinos nacionais sobre os heróis que morreram pelo país. Seu herói, por outro lado, não seria um homem de inteligência em oposição ao homem de armas. Nem mesmo um libertador espiritual. Nem Jesus nem Fausto, nem mesmo um Hamlet. O primeiro seria incompleto por não ter cumprido a coisa mais difícil na vida de um homem, que “segundo Joyce” seria conviver com uma mulher. Jesus era solteiro, não teria vivido esta experiência formadora. Nem Fausto, negociando com o diabo, teria sido o ideal do herói de Joyce. Hamlet é, e sempre será, o filho, não serve. Odisseu é pai de Telêmaco, marido de Penélope e viveu inúmeras aventuras pelo mundo. Odisseu é o homem completo. A composição deste herói, alguém pode dizer, não é tão complexa assim, *Ulysses* é um aventureiro sagaz, nada mais do que isso. Na verdade, segundo o próprio escritor, a

ideia de seu personagem era bastante simples, o método do romance é que seria complicado.

Por falar no método, Joyce pretendia, com ele, dar ao corpo um reconhecimento igual ao que fora dado à mente na tradição intelectual e literária anterior. Nesse sentido, Joyce efetua uma anatomização do corpo em que se baseia o plano de *Ulysses*. O resgate do corpo, dos apetites, da irracionalidade e das obscuridades das atividades prosaicas e degradantes (fisiologia e higiene) como foco, origem e causa da “racionalidade discursiva” na época de Joyce ainda é algo estranho ao ambiente da literatura.

Neste aspecto *Ulysses* rompe com certa tradição filosófica ocidental, tradição essa que vigorou até a filosofia moderna. O resgate do corpo propriamente dito se dá a partir dos dois maiores representantes da chamada corrente voluntarista da filosofia, a saber, Schopenhauer e Nietzsche. Para o primeiro o corpo é o lugar no qual e a partir do qual podemos conhecer a essência do mundo dos fenômenos (vontade), para o segundo o corpo seria uma grande razão que não se limita aos ideais de um racionalismo ingênuo.

Joyce associa cada capítulo a um órgão do corpo e as descrições de atividades menos nobres da nossa vida cotidiana não são ocultas no texto. Novamente as minúcias do frágil funcionamento do organismo em lugar da idealização do homem por palavras ou realizações heroicas. Esta associação de um capítulo a um órgão do corpo não é o único esquematismo da obra. Joyce associa a cada capítulo uma passagem da *Odisseia*, uma hora do dia, uma arte, uma cor, um símbolo e uma técnica.

O que nos parece bastante complexo à primeira vista pode ter a interpretação facilitada pelos esquemas estruturados pelos estudiosos do romance (o próprio Joyce esboçou um esquema da obra). Na edição da Companhia das Letras pode-se encontrar nas páginas iniciais do romance um esquema de *Ulysses* cuja fonte remonta a *Stuart Gilbert James Joyce's Ulysses*, Penguin Books, Hramondsworth, 1963, p. 38.

Leopold Bloom é o homem comum, não

pertence à grande história, é ninguém, como Odisseu diante do Ciclope, mas é um homem que abraçou os valores humanos. A força física é substituída pela força moral de ser um homem comum, que necessita de tanto heroísmo no dia a dia quanto Aquiles em suas lutas, que tenta se livrar das tentações das sereias a cada esquina de Dublin e em cada fase de sua história. Na *Odisseia*, *Ulysses* omite sua identidade para, astutamente, se livrar do Ciclope. Quando, porém, chega até o barco e se vê livre do perigo, se gaba de ser um herói e dirige ao Ciclope suas palavras de orgulho “Sou *Ulysses*, filho de Laertes, rei de Ítaca”.

ULYSSES ROMPE COM CERTA TRADIÇÃO FILOSÓFICA OCIDENTAL, TRADIÇÃO ESSA QUE VIGOROU ATÉ A FILOSOFIA MODERNA

Nesse momento está selado seu destino de vagar pelos mares antes de chegar ao seu objetivo. Tendo a identidade de seu inimigo, o Ciclope pôde se comunicar com Poseidon e solicitar o martírio do herói. A astúcia não venceria a soberba. Em *Ulysses*, o capítulo “Ciclopes” se dá em uma taverna, o órgão é um músculo e a arte é a política, o símbolo é o feniano e a técnica é o gigantismo. Por este exemplo pode-se imaginar como o texto pode ser divertido quando se tem o esquema elaborado pelo próprio autor para nossa orientação.

A nova geração de leitores conta com o testemunho crítico de um de seus escritores favoritos, Anthony Burgess, autor de *Laranja Mecânica*. Burgess afirma que “A aparente dificuldade faz parte da grande anedota de Joyce; tudo o que é profundo é em geral expresso em sonoros termos de Dublin; os heróis de Joyce são homens humildes. Se alguma vez houve um grande escritor popular, Joyce foi este escritor”. Anthony Burgess escreveu um livro fundamental para a fortuna crítica de *Ulysses*, homem comum enfim – *Uma introdução a James Joyce para o leitor comum*, Companhia das Letras, 1994. 



Eli Vagner F. Rodrigues é professor da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp de Bauru.

ANDRÉ FIGUEIREDO RODRIGUES



Liberdade, Liberdade

MAS, AFINAL, QUEM REALMENTE FOI JOAQUINA, A FILHA DE TIRADENTES?

Quinta-feira, 4 de agosto de 2016: data do último capítulo da novela *Liberdade, Liberdade*, exibida pela Rede Globo. A trama conta a história de Joaquina, a filha do alferes Joaquim José da Silva Xavier, apelidado de Tiradentes, o mártir da Inconfidência Mineira (1788-1789).

Na história, Joaquina é uma mulher corajosa, imponente, de opiniões fortes, que ajuda as pessoas sem se importar com sua cor de pele e classe social, e que traz em seu sangue o germe da luta pela liberdade.

Após assistir à morte de seu pai, a menina foi criada pelo fidalgo Raposo. No passar dos anos, após morar em Portugal e, depois, regressar a Vila Rica, atual cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, Joaquina buscou reconstruir sua história, lutar contra diferenças

sociais e agressões contra os mais pobres. No desenrolar da novela, casou-se com Rubião, o responsável pela denúncia que levou Tiradentes à morte e por assassinar Antônia Maria do Espírito Santo, a mãe de Joaquina.

Bela história, mas, afinal, quem realmente foi Joaquina, a filha de Tiradentes? O que de verdade se sabe sobre ela? Sobre a trajetória desta menina muito pouco se conhece. Sabemos que o relacionamento de Tiradentes com Antônia deve ter ocorrido no período de maio de 1786, quando provavelmente nasce Joaquina, até fevereiro de 1787. Após aborrecer-se com o comportamento de Antônia, que não soube honrá-lo durante um período de ausência, rompeu o compromisso do matrimônio, deixando para a filha e a sogra uma casa na Rua da Ponte Seca, além de uma escrava

chamada Maria e seus filhos, para sustento da menina.

Mas, especificamente sobre a menina Joaquina, conhecemos apenas alguns dados iniciais de sua vida, como o dia de seu batismo, 31 de agosto de 1786, ocorrido na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar e que teve como padrinho o capitão Domingos de Abreu Vieira, um dos comerciantes mais ricos de Minas. Sabe-se que sua mãe era filha do alcaide (oficial de justiça) da Câmara de Vila Rica, Antônio da Silva Pais, e de Maria Josefa da Silva.

No censo populacional realizado em 1804, consta que Joaquina, aos 17 anos de idade, vivia “pobrememente” em companhia da mãe, na casa



1 Igreja de São Francisco de Paula, Ouro Preto, Minas Gerais.

2 Cena da novela *Liberdade, Liberdade*. Joaquina, filha de Tiradentes, foi interpretada pela atriz Andreia Horta.

3 *Tiradentes Esquartejado*, 1893, Museu Mariano Procópio. Obra de Pedro Américo.



A PARTIR DE 1804, JOAQUINA SUMIU “OFICIALMENTE” NO TEMPO

de sua avó, a mesma dada pelo alferes Tiradentes. Depois do censo, infelizmente, não se teve mais notícias da trajetória da menina, por onde andou, onde viveu, se ela se casou, como foi sua vida adulta, ou mesmo quando faleceu, bem como desconhecemos os fatos de sua vida na infância e na adolescência. A partir de 1804, Joaquina sumiu “oficialmente” no tempo, muito provavelmente em virtude de a lei determinar seu pai como infame e por ter que se apagar qualquer menção à sua memória e de seus familiares, como previa a condenação de Tiradentes. O tempo, portanto, aproveitou-se para apagar da história “oficial” quem foi Joaquina, a filha do Tiradentes; e a novela, por contar-lhe uma história “ficcional”. ^{UC}



André Figueiredo Rodrigues é professor do Departamento de História da Unesp, Câmpus de Assis. Contato: <andref@assis.unesp.br>.

OSCAR D'AMBROSIO



Poética das sensibilidades

EXPOSIÇÃO
APRESENTA
SENSIBILIDADE
E VIGOR

A Galeria Alcindo Moreira Filho do Instituto de Artes (IA) da Unesp, em São Paulo, SP, recebeu, de 24 de agosto até 3 de setembro último, a exposição *M á Gua*, de Priscila Leonel. Os trabalhos reunidos constituem uma autêntica viagem por uma poética das sensibilidades.

Em sua primeira individual, a artista, graduada em Artes Visuais pela Unesp e atualmente desenvolvendo mestrado na instituição, apresenta sensibilidade e vigor ao reunir trabalhos em cerâmica desenvolvidos nos últimos quatro anos, além de fotografias e um vídeo. Essa multiplicidade de linguagens bi e tridimensionais reforça o papel cada vez mais essencial do criador contemporâneo de transitar entre várias linguagens.

Geralmente em cores pastel, a modelagem e o resultado final das bonecas que Priscila apresenta constituem jogo que mescla, por um lado, figuras mais fortes, que surgem em busca de questões de identidade, com algumas mais delicadas e sutis que apresentam um mundo feminino de interioridades.

Nascida em 1987, Priscila tem um histórico pessoal de memórias afetivas no qual a arte se manifesta da maneira mais autêntica, por meio das brincadeiras com os irmãos e primos, tardes com a avó, leituras com a mãe e conversas filosóficas com o pai. Assim foram sendo forjadas mãos e mente que interpretam o mundo.

A ambientação proposta pela artista evoca um atmosfera que oscila entre a nostalgia e os

apontamentos de um futuro que se aproxima e que pode consumir a todos. Suas bonecas, postas sobre móveis antigos e envelhecidos, trazem reflexões sobre o tempo e parecem alertar continuamente contra todo tipo de intemperança.

O conjunto é um alerta para a ingênua necessidade de parar o tempo. Esse desejo, quase malvisto no universo contemporâneo, torna-se uma prática importante nos trabalhos de Priscila. Ela faz a cronologia estagnar. Isso ocorre não apenas pelas bonecas serem estáticas, mas, principalmente, porque elas apontam para um universo lúdico e infantil que tem um tempo próprio.

Talvez o principal mérito da exposição esteja no fato de as bonecas terem a capacidade de remeter para um tempo que não existe e para um local indefinido. Ao ver esses objetos cerâmicos, o observador os traz para o seu mundo interior. E essa jornada pode ser mais ou menos dolorosa ou prazerosa.

Depende da maneira como cada um lida com seu passado e suas lembranças. A boneca arrasta com toda força um turbilhão. Ter a serenidade de colocar neurônios e sentidos em posição de alerta para captar todas essas possibilidades demanda um certo exercício de controle de si mesmo e, acima de tudo, humildade para deixar-se levar pelas correntes do pensar, entregando-se às esferas do sentir.

O título da mostra, pleno de ambiguidades, permite um pensar mais aprofundado sobre as imagens geradas pela artista. Se existe a palavra mágoa, que gera reflexões sobre dor e sofrimento, há a substância água, que tudo lava e purifica. O universo da cerâmica comporta ambos, seja na dimensão existencial seja na física e material.

O conjunto de trabalhos propicia, portanto, um percurso existencial. As bonecas que oscilam entre a força revolucionária e o lirismo do cotidiano mostram uma artista em pleno desenvolvimento. A sua formação aprimora-se a cada instante, a cada nova imagem ou boneca, num caminhar pela própria existência que constitui a trajetória de cada um de nós. ^{UC}



Acima, poesia *A avó do menino* de Cecília Meireles, do livro *Ou isto ou aquilo*. Ao lado, retrato da artista Priscila Leonel.

VISITE PORTFÓLIO:
<<http://priscilaleonel.wixsite.com/portfolio>>.
CONTATOS: <priscila.lleonel@gmail.com> e (11) 96935-0802

CHELLO FOTÓGRAFO

**UNESP RECEBE VICE-PRIMEIRA-MINISTRA DA CHINA**

O Instituto Confúcio na Unesp, localizado no bairro do Ipiranga, em São Paulo, SP, recebeu, dia 3 de agosto, a visita da vice-primeira-ministra da República Popular da China, Liu Yandong, com o intuito de ampliar as relações educacionais e culturais entre o país e o Brasil. No evento, houve apresentações musicais, de dança, de kung-fu e de coral infantil por alunos do Instituto Confúcio na Unesp, além de demonstrações de cerimônia do chá e caligrafia especialmente preparadas para a ocasião.

Liu Yandong aproveitou a oportunidade para transferir os bons votos do presidente Xi Jinping e do premiê Li Keqiang aos professores e alunos do Instituto Confúcio, dizendo ficar comovida pelo entusiasmo dos alunos de aprender a língua chinesa e conhecer a China. Ela apontou que o Brasil é o país na América Latina que estabeleceu mais institutos Confúcio e salas de aula Confúcio, esperando que essas instituições possam promover ativamente os intercâmbios culturais entre a China e o Brasil e consolidar uma base para o melhor desenvolvimento das relações bilaterais. A vice-premiê ofereceu nós chineses aos professores e alunos presentes, dizendo que o Instituto Confúcio, como o nó chinês e os anéis olímpicos, pertence tanto à China quanto ao mundo.



20 anos do PET Ciências Sociais

O Programa de Educação Tutorial – PET – foi criado em 1979, então com o nome de Programa Especial de Treinamento e sob a responsabilidade da CAPES. Em 1999, passa para a Secretaria de Educação Superior do MEC e em 2004 é rebatizado com o seu nome atual.

Neste ínterim, foi criado em 1996 o PET Ciências Sociais (PET-CS) da Faculdade de Ciências e Letras do Câmpus de Araraquara. Seguindo os princípios primordiais do programa, o PET-CS tem muito que comemorar em seus 20 anos de existência. Constituído como um grupo múltiplo e diverso, desenvolve atividades nos três pilares da nossa Universidade – ensino, pesquisa e extensão. Tais atividades, ao mesmo tempo, buscam fortalecer a formação dos discentes através de elaboração e execução de projetos, organização de eventos e participação em atividades extra-curriculares, bem como, proporciona a aproximação da Universidade da comunidade, sobretudo a local. Para o ex-petiano Wuallans Oliveira, o programa foi de extrema importância em sua formação, pois como relata: “O grupo me proporcionou melhor técnica para lidar com as questões acadêmicas, foi através do PET-CS que, inclusive, dei início a minha iniciação científica. O conhecimento que adquiri com o grupo se tornou um diferencial na minha formação.[...]. Quando conseguimos unir elementos do nosso conhecimento científico ao cotidiano da comunidade, através dos projetos de extensão, a atuação do grupo faz mais sentido para mim”.

Como um grupo de educação tutorial em ciências sociais, a diversidade marca a trajetória do PET-CS, o qual já contou com tutores de diferentes áreas do conhecimento que formam o curso. Com o papel de orientar os estudos,

discutir diversas situações e conceitos, dialogar com a conjuntura social e viabilizar a atuação para além dos muros da Universidade, o grupo contou com tutores das áreas de: antropologia, ciência política, geografia e sociologia. A cada nova tutoria diferentes projetos são desenvolvidos, mas é a articulação entre as diferentes áreas que, de fato, identifica o grupo.

Atualmente, com a tutoria na área de geografia, as pesquisas desenvolvidas têm discutido a temática da mobilidade urbana, da acessibilidade, dos usos dos espaços públicos e do direito à cidade. Dentro dessa temática, tem-se explorado aspectos sensíveis da questão urbana de forma geral, resultando em atividades de campo, visitas técnicas, apresentações de trabalhos e na elaboração e organização de uma exposição itinerante denominada “Olhares sobre Barreiras”. Tal exposição, buscando ser acessível aos deficientes visuais, conta com texturização das imagens, escritas em braile e áudio descrição por QR Code.

Como uma retrospectiva desses 20 anos, o grupo busca resgatar e documentar sua memória a partir de entrevistas e depoimentos de ex-tutores, ex-petianos e de alguns membros atuais, fortalecendo assim sua própria identidade.

Para além das comemorações, os 20 anos do grupo PET-CS é um momento também de reflexão sobre o processo de formação discente de forma múltipla, papel da universidade junto à comunidade, as dificuldades enfrentadas pelo programa e, olhando para o passado com a perspectiva de construir o futuro, de buscar o aprimoramento das atividades, a melhoria do próprio programa e também contribuições profícuas à sociedade. [UC](#)



Rafael A. Orsi é tutor
PET Ciências Sociais.

Letícia Stamatooulos
é membro do PET
Ciências Sociais.